

# **Impacto do investimento petrolífero Norueguês nos países de acolhimento, com especial ênfase para Angola**

Por Hildegunn Kyvik Nordås  
com o contributo de Inge Tvedten  
e Arne Wiig

**R 2000: 4**

# **Impacto do investimento petrolífero Norueguês nos países de acolhimento, com especial ênfase para Angola**

Por Hildegunn Kyvik Nordås  
com o contributo de Inge Tvedten e Arne Wiig

R 2000: 4



**Chr. Michelsen Institute** *Development Studies and Human Rights*

## **CMI Reports**

---

Relatórios desta série podem solicitados ao:

Chr. Michelsen Institute  
P.O.Box 6033 Postterminalen,  
N-5892 Bergen, Norway  
Tel: + 47 55 57 40 00  
Fax: + 47 55 57 41 66  
E-mail: [cmi@amadeus.cmi.no](mailto:cmi@amadeus.cmi.no)  
Web/URL: <http://www.cmi.no>

Preço: NOK 50 + despesas de envio

ISSN 0805-505X  
ISBN 82-90584-66-0

TÍTULO ORIGINAL:

"Effekter i mottakerlandene av norske petroleumsinvesteringer  
med hovedvekt på Angola" CMI-R1999: 2

TRADUÇÃO: Jorge Moniz, 6065 Ulsteinvik – Norway  
[moniz@pdg.no](mailto:moniz@pdg.no)

## **Índice temático**

---

Investimentos petrolíferos  
Angola

# Índice

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	.....
<b>2</b>	<b>O PETRÓLEO, FACTOR DE DESENVOLVIMENTO- OPORTUNIDADES E DESAFIOS....</b>	
2.1	RIQUEZA PETROLÍFERA– UM ÓBICE AO DESENVOLVIMENTO ? .....	.....
2.2	COMO TORNAR A RIQUEZA PETROLÍFERA NUM FACTOR DE DESENVOLVIMENTO ? .....	.....
<b>3</b>	<b>ANGOLA – ENVOLTA EM PETRÓLEO, GUERRA E POBREZA.....</b>	.....
3.1	CONDIÇÕES POLÍTICO-ECONÓMICAS .....	.....
3.2	A IMPORTANCIA DO SECTÔR PETROLÍFERO .....	.....
3.3	O SECTOR PETROLÍFERO, REGULAMENTAÇÃO E ESTRUTURA .....	.....
<b>4</b>	<b>O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NO SECTOR PETROLÍFERO.....</b>	.....
4.1	DIMENSÃO E CARACTERÍSTICAS .....	.....
4.2	POLÍTICA AMBIENTAL .....	.....
4.3	EMPREGO E PROFISSIONALIZAÇÃO.....	.....
4.4	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E LOGÍSTICA.....	.....
4.5	AJUDA EXTERNA E DIREITOS HUMANOS .....	.....
4.5.1	<i>A Ajuda Externa .....</i>	.....
4.5.2	<i>O Apoio das Companhias Petrolíferas.....</i>	.....
<b>5</b>	<b>O INVESTIMENTO PETROLÍFERO NORUEGUÊS EM ANGOLA.....</b>	.....
5.1	UM PAPEL DESTINADO ÀS AUTORIDADES NORUEGUÊSAS? .....	.....
<b>6</b>	<b>RESUMO E CONCLUSÕES .....</b>	.....

## **Prefácio**

O presente relatório foi elaborado para o Min. Norueguês da Energia e do Petróleo, sendo os pontos de vista e de análise a considerar da exclusiva responsabilidade dos seus autôres.

O estudo foi efectuado entre Março e Maio de 1999, sendo baseado em bibliografia, material informático e entrevistas com entidades Norueguêsas e internacionais de desempenho central no panorama da indústria petrolífera. Os autôres agradecem a informação e juízo de análise de todos quantos contribuíram para a elaboração do mesmo.

# 1 Introdução

O presente estudo aborda o impacto do investimento petrolífero Norueguês nos países de acolhimento. Estando particularmente interessados em apurar até que ponto tal investimento contribuirá para um maior desenvolvimento industrial e mais justa repartição de riqueza, aferimos ainda do grau de influência deste para uma positiva evolução dos Direitos Humanos e das condições sócio-económicas, tendo em conta factores como a saúde, a segurança e o meio-ambiente. O estudo concentra-se no impacto do investimento Norueguês em Angola.

O investimento Norueguês no sector, tem até ao momento consistido na participação em licenças de exploração tendo por operadores as grandes Companhias Multinacionais, desempenhando estas um papel idêntico ao que lhes é atribuído no contexto petrolífero na Noruega e detendo como tal, conjuntamente com a Companhia Estatal, um papel deliberativo determinante. Daí acharmos pertinente concentrarmos a nossa análise na forma como as petrolíferas internacionais influenciam o desenvolvimento em Angola, bem como na análise da melhor forma de desempenho Norueguês dentro de um contexto de participação nas licenças de exploração em que intervêm.

Como ponto de partida, o facto de o desenvolvimento económico baseado numa exploração dos recursos naturais estar conotado com grandes desafios. Uma indústria básica de reduzida dimensão, não diversificada, um sector público demasiado pesado, uma repartição desequilibrada das receitas e muitas vezes desgovernação e estagnação, são aqui, típicas próprias do contexto, uma vez concluída a primeira fase de construção. Problemas, que se afiguram evidentes no caso de Angola, onde o sector petrolífero é responsável por cerca de metade das mais valias do país, sendo a fonte da maior parte das exportações e receitas do Estado. Porque razão um desenvolvimento baseado no sector petrolífero, exige mais do que um outro, baseado em indústrias de trabalho intensivo, estas sim normalmente factor de origem para uma industrialização e desenvolvimento económico, é tema que abordamos no ponto 2.

Embora o desenvolvimento económico com base na riqueza petrolífera, esteja normalmente conotado com desafios maiores do que aquele baseado na evolução industrial, tal não implica que não seja possível ser-se bem sucedido. Ao longo do pt. 2.2., delínhamos as fases próprias de um bem sucedido desenvolvimento baseado na extracção dos recursos naturais, salientando o papel desempenhado pelo sector público, uma vez que uma boa parte das receitas petrolíferas revertem a favor do Estado. Uma política de repartição de riqueza e de investimento dos activos, enquanto motor para um crescimento continuado, afigura-se determinante para um desenvolvimento positivo. Daí que a competência, legitimidade e capacidade de adaptação da Administração Pública, assumam um papel mais decisivo nos países ricos em recursos naturais, do que nos restantes.

A restante parte do estudo concentra-se na análise das condições em Angola, um país onde a economia se afigura totalmente dominada pelo sector petrolífero. Salientando o facto de ter sido até ao momento, baixo o nível de benefícios conseguidos pela população, apontamos o facto de a economia nacional fora do sector ter sido influenciada por uma situação de guerra ao longo dos últimos 30 anos, para além de apenas uma pequena elite ter vindo aos poucos a enriquecer,

ajudando ainda mais ao caos económico. Damos atenção substancial aos desafios conotados com os condicionalismos de desenvolvimento a partir da indústria petrolífera em geral e do contexto Angolano em particular, fundamentando sobretudo o motivo pelo qual consideramos que, em termos realísticos, dificilmente conseguirá o investimento Norueguês no sector, contribuir significativamente para o desenvolvimento industrial e para uma melhor repartição das riquezas obtidas. Em termos de meio-ambiente e Direitos Humanos, dispõem porém as companhias petrolíferas da oportunidade de dar o exemplo. As grandes multinacionais, preocupadas com o seu bom e repercussões ao nível da opinião pública, têm vindo a dedicar uma atenção crescente às questões ambientais e dos Direitos Humanos nos países em vias de desenvolvimento, afigurando-se preocupadas em actuar de forma irrepreensível.

Concluimos, afirmando que a melhor forma de os investidores Noruegueses no sector petrolífero Angolano, contribuírem para o desenvolvimento social e económico de Angola, é desempenharem exemplarmente o seu papel de “boas” companhias petrolíferas ou de “bons” fornecedores. O que significa aqui, deter uma postura comercial compatível com os valores vigentes no nosso lado do Mundo e contribuir para o desenvolvimento tecnológico e profissionalizante nas áreas em que são convidados a intervir, por força da sua competência. Tais como:

- Contribuir para uma maior rentabilidade e equilíbrio ambiental na extracção do crude e do gás natural;
- Manter os standards da companhia no que diz respeito à segurança no trabalho, protecção do meio-ambiente e direitos do trabalhador;
- Contribuir para o desenvolvimento dos sistemas Angolanos de prevenção do acidente em terra;
- Contribuir para um aumento da profissionalização da massa laboral local, quer junto dos próprios trabalhadores, quer dos parceiros locais (Sonangol);
- Contribuir activamente para a identificação de parceiros locais, já em condições de competir concorrencialmente, ou de adquirirem tal estatuto;
- Contribuir para a divulgação de informação dos concursos, promovendo ainda a aprendizagem das rotinas inerentes aos mesmos;
- Actuar perante a corrupção de acordo com normas internacionais.

Desta forma poderão as companhias petrolíferas contribuir para maximizar as receitas petrolíferas de Angola. A evolução social no país dependerá entretanto das disposições a implementar pelas autoridades Angolanas e da forma como estas utilizarem as receitas oriundas do petróleo. As companhias petrolíferas poderão contribuir, e contribuem, com apoios a medidas de carácter social, directa ou através das Organizações Humanitárias Internacionais. Em nosso entender, esta é uma ajuda importante, mas que não poderá nunca substituir as disposições da própria Angola. Também no campo dos Direitos Humanos, está o desenvolvimento dependente das próprias resoluções políticas do país e demais implementação.

Entendemos que deverá existir uma divisão clara entre o papel a desempenhar pelos privados e o Estado, no que diz respeito à gestão dos recursos. Uma mistura de responsabilidades será aqui infeliz, quer para os factores de concorrência no sector, quer para o desenvolvimento da democracia. Eventual ajuda técnica e apoios ao Estado Angolano, deverão partir das instituições

Norueguêsas e Internacionais, como sejam por exemplo a DG. Petróleo Norueguêsa, o FMI ou o Banco Mundial, e não dos investimentos das companhias petrolíferas.

Em termos de desenvolvimento industrial importa procurar utilizar fornecedores locais, quando estes estejam em condições de assegurar qualidade e preço concorrencial. Mas não será nunca do interesse das Companhias Petrolíferas e a longo prazo, do Estado Angolano, contribuir para a existência de uma indústria de fornecedores incompetente e altamente subsidiada.



## **2 O petróleo, factor de desenvolvimento. Oportunidades e desafios**

### **2.1 Riqueza petrolífera– um óbice ao desenvolvimento ?**

A existência de uma relação negativa entre as riquezas naturais de um país e a sua curva de crescimento económico, está estatisticamente demonstrada.<sup>1</sup> O negativismo de uma relação deste tipo encontra-se documentado através de um número tão elevado de estudos, que há motivos para acreditar que em termos de desenvolvimento, países ricos em recursos naturais estão perante desafios acrescidos. Uma demonstração de coorelacionamento, não implica contudo uma relação de causa-efeito, não existindo como tal matéria para afirmar que o desenvolvimento económico é limitado neste ou naquele país, pela sua riqueza natural. Entre as explicações para a dita coorelação negativa, encontramos:

- Recursos naturais abastados, originam capitais de ganho fácil e pouco incentivo ao profissionalismo e à edificação de uma indústria de base concorrencial;
- Riqueza de recursos naturais, potencia uma estrutura industrial dominada por uma conjuntura proteccionista, perdendo o país a oportunidade de se profissionalizar e desenvolver tecnologicamente mercê da troca de ideias e da exposição ao mercado concorrencial;
- A tecnologia utilizada na extracção do crude e do gás natural é muito específica e sem grandes sinergias de competências para com outros sectores;
- O sector petrolífero é de capital intensivo, apresentando vantagens de exploração em grande escala;
- A extracção do crude e de outros minerais é atípica, no que diz respeito à apresentação de repercursões na economia, comparativamente à maioria das restantes indústrias.

Estes cinco factores justificativos têm muito que se lhes diga. Em muitos dos casos, actuam em conjunto, consolidando-se mutuamente. Uma outra condicionante que importa acrescentar no caso da extracção de hidrocarbonatos em alto mar, reside no facto de esta indústria extractiva exigir medidas acrescidas de rigorosidade, no que diz respeito ao controle de qualidade e segurança a todos os níveis da produção.

Considerada a mais global da economia Mundial e aquela que desde há mais tempo adoptou uma perspectiva globalizante, desde sempre que a indústria petrolífera demonstrou dispôr de um relacionamento estreito com os seus fornecedores. A cooperação detém muitas vezes um carácter de cadeias integradas de fornecimento, através das quais as Companhias petrolíferas e os seus fornecedores trabalham em conjunto no sentido de desenvolverem e melhorarem a tecnologia utilizada, rentabilizando gastos. Mercadorias, equipamentos e serviços são idealizados à medida da tecnologia extractiva e natureza dos reservatórios. Ante uma estrutura de mercado com estas características, não será fácil à industria local posicionar-se, mesmo que relativamente concorrencial. Não basta ser rentável e possuir um elevado nível de qualidade, mas terá igualmente que ser capaz de se integrar na estratégia global e perfil tecnológico da companhia.

---

<sup>1</sup> Ver por exemplo Sachs og Warner (1995)

Potenciais fornecedores, quer sejam eles detentores de contratos de longa duração ou de um simples fornecimento, terão de ultrapassar uma ronda de pré-qualificação em que a qualidade é critério fundamental para poder ser tido em consideração. O patamar da porta de entrada para as empresas que aspirem a ser fornecedoras das companhias petrolíferas, é port outras palavras, alto, sendo poucas as empresas nos países em vias de desenvolvimento que conseguem passar pelo “buraco da agulha”. A percentagem de fornecimentos locais, consiste normalmente no estabelecimento por parte dos seus fornecedores habituais de estações de aprovisionamento ou de estaleiros para operações de finalização ou manutenção de material acondicionado no país de acolhimento. Acrescem ainda os produtos e serviços inerentes ao princípio da cadeia de fornecimento, como sejam por exemplo, os de limpeza e de refeitório/catering. Também estes muitas vezes assegurados por empresas internacionais, ainda que através de filiais recorrendo a pessoal local. Daí que a indústria petrolífera assume muitas vezes proporções de enclave na economia

### *Repercurssões*

O sector petrolífero é de todos os sectores, aquele que menos produtos e serviços utiliza por unidade, uma vez atingida a fase de exploração, recorrendo no entanto em maior grau à utilização de serviços externos. Na Noruega, onde a indústria local está relativamente bem posicionada enquanto fornecedor, as repercurssões do sector do petróleo e do gás na economia, ficam-se pela metade dos efeitos alcançados pela restante indústria.<sup>2</sup> Num país como Angola, as repercurssões serão muito provavelmente bastante inferiores às verificadas na Noruega, quer devido ao facto da inexistência de um sector de serviços desenvolvido, quer porque o país carece de indústria básica. Não existem contudo dados informativos exactos quanto às repercurssões desta natureza.

### *Vantagens da produção em grande escala, distribuição e desenvolvimento industrial*

A produção em grande escala no sector petrolífero teve por consequência o facto de a actividade extractiva ser hoje detida por algumas das maiores empresas Mundiais, circunstância ainda mais visível em épocas onde o preço baixo do crude, motiva uma onda de aquisições e parcerias, conforme a que tivemos oportunidade de verificar em 1998 e 1999 e que torna hoje mais difícil a existencia no mercado das pequenas empresas Estatais.

A concentração no sector, não tem necessariamente de ser negativa por si só. A conjuntura de mercado potencia no entanto à existencia de um número reduzido de actores- as Companhias Petrolíferas – os poucos que para estas trabalham e demais fornecedores, bem como as autoridades nacionais, que administram os respectivos impostos. Os custos de investimento e a liquidez resultante dos poços em produção, adquirem muitas vezes somas astronómicas, comparativamente às economias nacionais dos países em vias de desenvolvimento ricos em petróleo. Normalmente, representa esta fonte de receita, o fundamento de tributação no país, sobre a qual dependem as autoridades locais no poder. Uma repartição das receitas dependerá assim, da política de distribuição da riqueza implementada pelas autoridades, ao mesmo tempo que se afigura tentador, manter uma política irresponsável capaz de grangear benefícios a uma

---

<sup>2</sup> Um aumento da procura do petróleo e gás natural no valor de uma corôa norueguêsa (NOK), origina um aumento total da procura de produtos e serviços norueguêses de 1,25 NOK, enquanto que em caso de aumento da procura de outros produtos Norueguêses, as repercurssões no aumento total da procura será de 1,90 NOK. Isto com base em dados de 1995. Ver Nordås og Kvaløy (1999).

pequena elite, tanto mais que as receitas do Estado pouco dependerão da vontade popular de cumprir com os impostos ou não.

A industrialização, considerada no sentido lato do termo enquanto modelo de criação de empresas de produção em massa de produtos e serviços, atinge níveis mais elevados de capitalização em países exportadores de petróleo e minerais, do que nos restantes. A razão para tal, entronca sensivelmente no facto de as exportações dos recursos resultarem na entrada de divisas de modo que muita da procura gerada é direccionada para as importações, mas também no facto de a produção em grande escala das indústrias extractivas resultar em dividendos muito altos, tornando difícil o acesso de outras indústrias, quer ao capital, quer à mão de obra.

#### *Crescimento e repartição de dividendos*

Era comum considerar-se antigamente que crescimento e repartição de dividendos, não eram compatíveis. Ou seja, que um país teria de prescindir dos seus ideais de repartição das mais valias, caso pretendesse manter os níveis de crescimento. Estudos mais recentes demonstraram que tal não é verdade e que o relacionamento entre crescimento e repartição de receitas acontece através de três mecanismos. O primeiro passa pelo nível educacional da população. Um elevado grau de alfabetização, é indispensável ao crescimento. Nos países em vias de desenvolvimento mais pobres, uma distribuição desequilibrada das receitas contribuirá para que um número elevado da população não participe no sistema educacional. O segundo mecanismo que dá razão de ser ao relacionamento entre crescimento e repartição de receitas, tem a ver com a procura. Só uma procura fundamentada e crítica de bens e serviços poderá rentabilizar a implantação de um tecido empresarial. A procura oriunda de uma classe dominante não é normalmente suficiente para iniciar um processo de industrialização. Existe além disso tendência para que, quando as receitas da elite reverterem da exportação, a política de compras desta seja baseada na importação. O terceiro mecanismo é simples: Uma distribuição de receitas nivelada potencia estabilidade política e harmonia social, que por sua vez está intimamente co-relacionada com desenvolvimento económico.

**Tabela 2.1 Evolução social, dos rendimentos e exportação de minerais**

<i>País</i>	<i>PIB per capita -1995</i>	<i>Export. Minerais/ T</i>	<i>PIB per capita – HDI</i>
<b>Angola</b>	410	100	-28
Zambia	400	ND	11
Nigeria	260	94	5
Yemen	260	Na	12
Indonesia	980	32	-9
Filipinas	1050	7	11
Argelia	1600	96	-10
S. Salvador	1610	3	-2
Venezuela	3020	84	2
Botsuana	3020	80	-31
Arabia Saudita	7040	90	-24
Argentina	8030	11	11
Kuwait	17390	90	-49
Emiratos Arabes Unidos	17400	95	-24
Reino Unido	18700	10	7

*Fonte: Banco Mundial e UNDP*

Na tabela 2.1, demonstramos a diferença na classificação dos países por rendimento por habitante, conforme o índice da UNDPs Human Development Index (HDI).<sup>3</sup> Um resultado negativo implica que o desenvolvimento social está aquém do crescimento do rendimento no país. Escolhemos alguns dos principais exportadores de petróleo, comparando-os com países de numero populacional semelhante. Na maior parte dos países exportadores de petróleo o índice de desenvolvimento social é inferior ao crescimento do rendimento no país, embora tal não aconteça nas economias menos dependentes da extracção mineral, o que dá a entender que a política de repartição de receitas assume um papel ainda mais determinante nos países exportadores de petróleo.

Constatamos que Nigéria e Venezuela conseguiram aparentemente manter semelhantes estes dois níveis de evolução. No caso Nigeriano contudo, é mais um sinal evidente da inexistência de desenvolvimento neste domínio. A história da Venezuela, essa é bastante interessante enquanto factor de análise das oportunidades e desequilíbrios inerentes a um desenvolvimento a partir da extracção dos recursos naturais. Um país que foi na verdade um dos mais ricos do Mundo no período entre as duas grandes Guerras, acabou por não conseguir ultrapassar os desafios resultantes de um desenvolvimento baseado na extracção dos recursos, acabando por cair economicamente, quer face a países congéneres, quer perante si próprio. O Botsuana, cujo nível de rendimento está ao nível do Venezuelano, apresenta características semelhantes ao dos países petrolíferos, com 80% das suas receitas oriundas da exportação de diamantes e um perfil económico em tudo idêntico ao dos países petrolíferos em vias de desenvolvimento.

Países ricos em petróleo e minerais em economias em vias de desenvolvimento, conseguem pois obter um acelerado índice evolutivo na sua curva de crescimento económico durante a fase de consolidação, mau grado não estejam presentes os pressupostos para uma evolução a longo prazo. Investimentos no sector petrolífero e profissionalisante são, em regra geral, oriundos do estrangeiro, embora uma grande parte das receitas reverta a favor do país de acolhimento. A extracção de recursos naturais não obriga pois ao estabelecimento de fundamentos económicos para um crescimento a longo prazo.

Em resultado do proveito obtido com a extracção de recursos naturais, demora mais tempo a obter resultados em termos de desenvolvimento social, do que a aumentar o nível médio das receitas/rendimentos, não constituindo pois surpresa que o index HDI fique aquém dos níveis de rendimento obtidos, durante um período alargado de tempo e conforme a tabela 2.1. deixa entender. O desafio consiste em investir essas receitas de uma forma que possibilite o nivelamento entre os factores sociais e os de rendimento, circunstancia que obriga a uma aposta significativa no Sector Público, em países onde em princípio é fraco o sistema educativo e o nível das poupanças domésticas. O Estado deverá ter de contribuir para um aumento do nível de poupança e do investimento na educação e infraestruturas.

A ajuda externa poderá inicialmente contribuir para um aumento de competências ao nível da Adminikstração Pública, nivelando pontos de estrangulamento no processo burocrático e criando capacidade para gerir as receitas petrolíferas de forma mais acertada. Este tipo de apoio deverá

---

<sup>3</sup> O índice HDI pode ser utilizado como indicador da distribuição de rendimentos. O Coeficiente de Gino, é uma medida mais adequada, mas a maior parte dos países da OPEC não dispõem de dados estatísticos que permitam uma análise deste tipo.

contudo ser administrado de fora, por quem de direito com competência em termos de gestão pública, macro-economia e gestão de recursos, podendo as companhias petrolíferas desempenhar um papel de assessoria na discussão de um processo deste tipo, tanto mais que algumas delas representam mesmo o sector estrangeiro com maior experiência em Angola. Mas as companhias nunca deixarão de ser parceiros com interesses legítimos no processo, sendo como tal incapazes de desempenhar o papel independente que uma acção desta natureza implica.

O pior cenário possível de equacionar está na apropriação de enormes riquezas naturais por um regime incompetente e corrupto, através da gestão do controlo de uma enorme liquidez, em parte utilizada quer na consolidação da tutela, quer no seu enriquecimento através do investimento em contas bancárias no estrangeiro, circunstâncias que levam muitas vezes a uma existência social ainda pior do que se o país fosse pobre e não possuísse jazigos de petróleo. Além disso o país estará mais individado, uma vez esgotadas as reservas petrolíferas. Nigéria e Angola encontram-se infelizmente hoje muito próximo desse cenário. Argumenta-se em Angola que até cerca de 40% das receitas oriundas do sector petrolífero são impossíveis de identificar nos Orçamentos Gerais do Estado e que uma grande parte destas são canalizadas para o financiamento da guerra (EIU,1999).

Conforme a presente abordagem deu a entender, são muitos os problemas relacionados com um processo de desenvolvimento tendo por base as receitas petrolíferas, não estando os mesmos propriamente relacionados com o papel dominante do sector na economia, mas antes com as escolhas adoptadas pelo Estado na definição de uma gestão de recursos e de investimento da riqueza petrolífera a longo prazo. Poucos foram os países exportadores de petróleo que conseguiram ultrapassar da melhor forma esta questão. Angola e Nigéria não foram capazes de aproveitar as receitas da fase de consolidação para obter um crescimento dos rendimentos capaz de potenciar desenvolvimento. Antes de estudarmos mais em detalhe a situação em Angola, traçamos alguns exemplos e pressupostos de como a riqueza petrolífera pode ser positivamente utilizada para potenciar desenvolvimento.

## **2.2 Como tornar a riqueza petrolífera num factor de desenvolvimento ?**

Noruega, Austrália, Kuwait e os Emiratos Arabes Unidos (UAE), são os únicos países do Mundo presentes no ranking do Banco Mundial dos países de maior rendimento, cuja exportação de matérias primas constitui mais de metade do total das exportações do país. Noruega e Austrália, detentoras de um rendimento relativamente homogéneo, pertencem há muito a esse grupo, enquanto Kuwait e Emiratos, são recém chegados. Noruega, como nr. 3 e Austrália, como nr. 15, estão ambas no grupo da frente em termos de índice de desenvolvimento da UNDP, enquanto Kuwait e Emiratos possuem um desenvolvimento social relativamente baixo, conforme o indica a tabela 2.1. Quer o desenvolvimento Australiano, quer o Norueguês tem sido baseado na exploração e gestão dos recursos naturais ao longo da História Moderna dos respectivos países, constituindo-se num exemplo significativo de como uma gestão equilibrada dos recursos pode potenciar o desenvolvimento. Quais as fases inerentes a um desenvolvimento desta natureza, pressupostos e desafios inerentes, é questão que a seguir abordamos.

Um padrão de desenvolvimento baseado na extracção de minerais e que seja relativamente bem sucedido, implica:

1. Acelerado desenvolvimento económico, mercê da construção e gestão de grandes jazigos naturais e de um fluxo de investimento oriundo das multinacionais;
2. Investimento das receitas oriundas da actividade extractiva no sector da educação, saúde e de infraestruturas, acompanhado por um rápido crescimento do Sector Público;
3. Criação de indústrias de exploração intensiva potenciadas através do investimento local e do estrangeiro;
4. Criação de um sector terciário, quer em termos públicos, quer privados;
5. Manutenção do crescimento em resultado dos investimentos privados em sectores de forte componente profissionalisante. Crescimento desacelerado do Sector Público, em detrimento do privado.

#### *Fase de consolidação*

Um pressuposto para uma bem sucedida fase de consolidação, entronca na existência de Instituições no país de acolhimento capazes de gerirem os recursos de forma eficaz, quer ao nível do fluxo de capitais e liquidez inerente proveniente da actividade extractiva, quer ao nível da gestão de recursos. Embora haja necessidade premente de investimento a todos os níveis do país de acolhimento, há limites para a capacidade natural de absorção desse mesmo investimento, em condições de potenciar sinergias de desenvolvimento, tanto mais que a capacidade de absorção nos países exportadores de petróleo pobres, é normalmente inferior ao volume de recursos naturais disponíveis, daí resultando que uma boa gestão dos recursos, implica um aumento do crédito nos países estrangeiros. Uma boa gestão do fluxo de capitais, deverá contemplar igualmente uma repartição das receitas de forma a que toda a população seja beneficiada. Investimentos ao nível da educação, saúde e infraestruturas nos países em vias de desenvolvimento, potencia as melhores sinergias em termos sociais ao potenciar o estabelecimento da actividade privada na criação de actividades empresariais lucrativas.

No que diz respeito à gestão dos próprios recursos (jazigos de petróleo), tal obriga à instituição de uma regulamentação adequada e transparente, administrada de uma forma que permita às companhias petrolíferas e seus fornecedores, terem em consideração condições gerais conclusivas e prognosticáveis. As normas deverão ser criadas de forma a garantirem a salvaguarda dos interesses nacionais, ao mesmo tempo que deverão ser atractivas para a captação do investimento estrangeiro. A lei deverá permitir ainda a existência de concorrência leal entre os diversos agentes económicos no mercado, por forma a permitir uma transposição do profissionalismo sem grande perda de rentabilidade. Numa fase inicial do processo, não valerá a pena insistir numa maior percentagem de envolvimento local, caso não seja visível a existência de fornecedores concorrenciais.

#### *Fase de colheita*

Nesta fase seguinte do processo de desenvolvimento, o desafio consiste em apresentar um equilíbrio entre os sectores público e privado. Além disso, importa criar mecanismos de controle ao nível macro-económico, por forma a evitar o descontrole nos preços de custo. Uma forte consolidação dos sectores da educação e saúde, bem como uma implementação das infraestruturas, obriga naturalmente a um reforço substancial do Sector Público, residindo aqui o desafio em encontrar um equilíbrio entre estes objectivos, por forma a evitar que não obstem ao desenvolvimento de uma classe empresarial competitiva. Constatou-se entretanto difícil de evitar uma relativamente alta subida do custo de vida. Daí que os países exportadores de petróleo

raramente tenham conseguido implementar indústrias de trabalho intensivo. As suas vantagens comparativas residirão antes na actividade extractiva em grande escala, eventualmente com recurso à refinação petrolífera. Uma política atenta e bem concebida poderá também potenciar sinergias a um sector de serviços baseado em tecnologia de ponta, potenciando um salto da fase 3 para a fase 5, no nosso sumário e estilizado método de desenvolvimento referido anteriormente. Austrália e Noruega, apresentam hoje indícios de estarem a emergir rumo à fase 5.

A Tabela 2.2 apresenta o desenvolvimento dos indicadores sociais entre os anos de 1960-1995 na fase 2-4 de alguns dos países exportadores de petróleo relativamente ricos. Angola e Nigéria encontram-se hoje na fase 1, e o seu estatuto poderá equiparar-se ao dos hoje países ricos da OPEC nos anos 60. Importa no entanto estar ciente de uma diferença significativa. Os membros da OPEC estavam nos anos 60 perante um boom no sector do petróleo, enquanto que quer Angola, quer a Nigéria, talvez mais esta última, deixaram já para trás o boom no sector, sem que tenham com isso potenciado o desenvolvimento social económico desejado. Escolhemos incluir a referência da Coreia do Sul como exemplo do que é possível obter quando rendimento e desenvolvimento social seguem acompanhados e uma vez que o país é efectivamente, no Mundo, aquele que apresenta a melhor curva de crescimento ao nível dos indicadores sociais entre os anos de 1960 e 1995.

**Tabela 2.2 Desenvolvimento dos indicadores sociais**

País	Esperança de vida		Mortalidade Infantil		Alfabetização		Percentagem de escolaridade na faixa 6-23 anos	
	1960	1995	1960	1995	1970	1995	1980	1995
Bahrain	55,5	72,2	130	18	53	85	58	85
Emiratos	53	74,4	145	15	54	79	44	82
Kuwait	59,5	75,4	89	13	57	79	ND	ND
Arabia Saudita	44,4	70,7	170	25	ND	ND	36	56
Oman	40,1	70,3	214	15	ND	ND	28	60
Angola	33	47,4	208	170	ND	42	54	31
Nigéria	39,5	51,4	189	114	21	57	50	50
Coreia-Sul	53,9	71,7	85	6	87	98	66	82

*Fonte: A taxa de Mortalidade Infantil a considerar pela UNDP, tem por base o nr de falecimentos antes de 1 ano de idade, por cada 1000 nados vivos. A Alfabetização é considerada em percentagem sobre o total da população adulta que sabe ler e escrever.*

Sobre a tabela apresentada, importa realçar o seguinte:

- Em termos de indicadores sociais, Angola e Nigéria encontram-se hoje sensivelmente a um nível idêntico daquele em que se encontravam nos anos 60, os hoje países exportadores de petróleo;
- Quer Angola, quer Nigéria, registaram uma evolução significativa no sector da saúde, mas é evidente a recessão ao nível do ensino;
- Oman, o menos desenvolvido de todos os países exportadores de petróleo nos anos 60, foi aquele que maior sucesso obteve com as suas reformas, quer ao nível do ensino, quer da saúde.

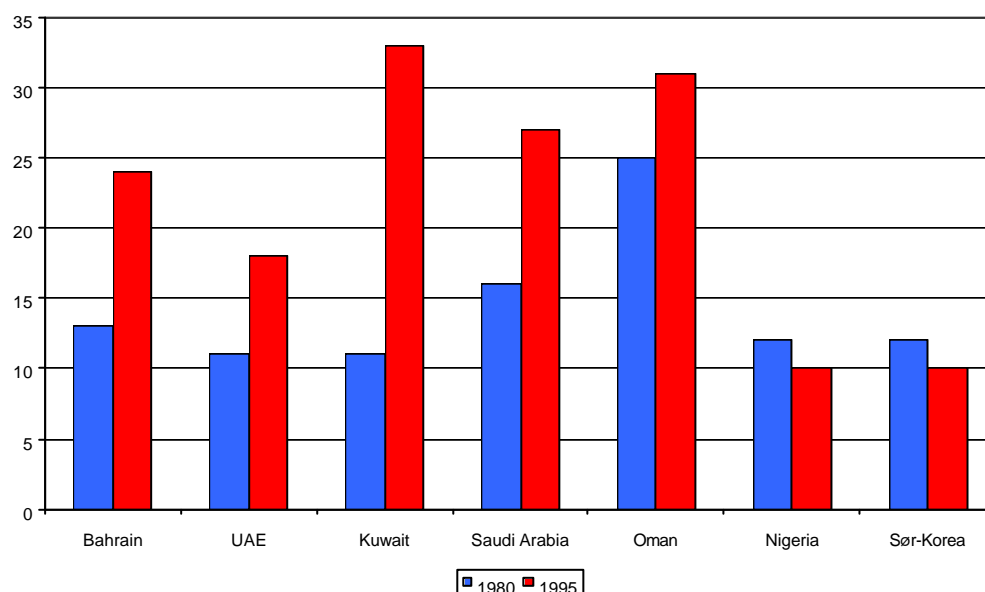
Oman desenvolveu-se muito, tendo por base a riqueza petrolífera. Em algumas áreas sociais, até mais do que a própria Coreia do Sul. O controle da macro-economia contudo, nem sempre tem sido o melhor, apresentando em períodos um déficit do Orçamento Geral do Estado demasiado elevado.

A tabela 2.2 ilustra os problemas inerentes a um desenvolvimento baseado na riqueza petrolífera, esboçados no capítulo anterior. Os países exportadores de petróleo alcançaram um rendimento elevado, antes de terem implementado reformas sociais, enquanto que a evolução Coreana expelha um desenvolvimento social paralelo, ou em alguns casos até na vanguarda, do rendimento económico.<sup>4</sup> Para os relativamente ricos países exportadores de petróleo, o desafio consiste em alcançar as fases 4 e 5, enquanto Angola e Nigéria terão de procurar retomar o rumo por um desenvolvimento positivo através da abertura de novos jazigos, isto é, passando da fase 1 à fase 2.

### *O papel do Sector Público*

O papel do Sector Público no contexto dos países exportadores de petróleo, foi sublinhado no capítulo anterior. O diagrama 2.1 demonstra o consumo público enquanto percentagem do PIB nos mesmos países referidos na tabela 2.2.

**Diagrama 2.1. Percentagem das despesas públicas no PIB**



Fonte: Banco Mundial

As despesas públicas constituem uma parte significativa do PIB nos países exportadores de petróleo, estando acima da média Mundial. Esta rondava, quer em 1980, quer em 1995, e para os países ditos de receita moderada, os 14%, enquanto que era de 17% em 1980 e 15% em

<sup>4</sup> Os dividendos per capita da população na Coreia do Sul, eram em 1960 de 690 dólares (ajustados ao poder de compra), comparativamente aos 2040 dólares em Oman e 1133 na Nigéria. Não há dados de 1960, do PIB per capita, disponíveis para os restantes países mencionados na tabela. A Nigéria dispunha em 1960 de mais rendimento per capita do que a Coreia-Sul, mas apesar de um aumento das receitas do petróleo, retrocedeu bastante, quer em termos globais, quer percentuais,



1995, nos países detentores de assinaláveis receitas.<sup>5</sup> As despesas públicas englobam entre outras, a gestão dos sectores da saúde e do ensino, enquanto que nos países Arabes uma grande parte do orçamento público é canalizado para o sector militar. Ao contrário do que registamos em Angola e na Nigéria, contudo, sobraram recursos para reformas sociais. Isto apesar de não existirem dados fíaveis do peso do sector Publico no Orçamento do Estado Nigeriano. Em Angola, dados de 1994, do FMI, apontam para gastos públicos com a defesa na ordem dos 56,5%, enquanto 7% foram utilizados no total, para os sectores da saúde e da educação (FMI,1995). EM 1996, estimou-se o consumo público em 46% do PIB (EIU 1998).

A tabela 2.2 deixa a entender que as despesas públicas podem em períodos contribuir para a implementação de reformas sociais que numa segunda fase, potenciem os fundamentos para um desenvolvimento continuado. Está no entanto demonstrada uma relação negativa entre o consumo público, (excluídas as despesas com o ensino) enquanto percentagem do PIB e o desenvolvimento económico (Barro 1996). O desafio na fase 3-5, consiste portanto no limitar das despesas públicas no sector público, concentrando os esforços deste ao redor de tarefas e desempenhos para os quais esteja melhor vocacionado do que o sector privado. Uma tarefa nada fácil, quando as autoridades dispõem de meios financeiros para manter a expansão e há demasiados grupos de interesses e problemas por resolver.

Resumidamente, poderemos descrever os pressupostos para o desenvolvimento económico e social através das cinco fases anteriormente descritas, nos seguintes factores:

- Importante assegurar ao longo de todo o processo, a existência de Instituições Nacionais competentes e de legitimidade assegurada;
- Condições macro-económicas estáveis – O déficite na balança de transações com o estrangeiro na fase de prospecção, deveser substituído por lucro na fase de gestão dos poços;
- Condições de estabilidade política – Alternancia do poder através de processos democráticos;
- Uma regulamentação bem organizada e prognosticável;
- Investimento da riqueza petrolífera em infraestruturas, em recursos humanos e numa classe empresarial competitiva;
- Um ritmo de construção adaptado às necessidades.

Quer Angola, quer a Argélia, satisfazem hoje tais pressupostos. A questão fundamental deste estudo é averiguar se as Companhias Petrolíferas poderão contribuir para que os mesmos possam ser alcançados nos países de acolhimento. Voltaremos a este assunto nos capítulos 4 e 5, após uma análise mais pormenorizada da situação em Angola, nos capítulos seguintes.

---

<sup>5</sup> Quer a Noruega, quer a Austrália detém um consumo público e uma percentagem deste no PIB, acima da média registada entre os países ricos. Ambas apresentavam uma média de 18% em 19980. A Noruega aumentou essa percentagem para 21% em 1995, enquanto na Austrália, este decaiu para os 17%.

### 3 Angola – Envoltura em petróleo, guerra e pobreza

#### 3.1 Condições político-económicas

Angola é um país cuja ímense riqueza natural não er et land som er uvanlig rikt på naturressurser. Possui grandes jazigos de petróleo, diamantes e uma série de outros minerais. Dispõe de uma agricultura fértil e é rica em recursos piscatórios.<sup>6</sup> Ainda assim, o país está equacionado como entre os menos desenvolvidos do Mundo em termos de PIB por habitante e de acordo o índice de Desenvolvimento Humano (HDI) da UNDP.<sup>7</sup>

Os problemas económicos têm a haver com uma continuada situação latente de guerra e o falhanço da política económica. Até aos finais dos anos 80, Angola possuía uma economia de direcção central com preços e recursos definidos e distribuídos pelo Estado. Uma política que, com excepção do sector do petróleo, conduziu a uma quebra dramática da produção em todos os sectores da economia. Ao ressurgimento de uma economia paralela, permitindo à população subsistir através de uma produção caseira e de um sistema de trocas, seguiu-se a implementação de uma administração pública empenhada mais na angariação de géneros e privilégios do que no funcionamento das instituições.

As reformas económicas deliberadas pelo Governo nos finais dos anos 80, início do 90, visando um processo de democratização e descentralização, aspiraram a uma liberalização da economia e incremento da iniciativa privada, mas o recrudescer da guerra em 1992 levou a que o processo de reformas, ainda hoje, não tenha sido implementado conforme o plano então traçado e a economia continua a ser dominada pela tutela do Estado.

A situação sócio-económica para a população Angolana tem vindo a deteriorar-se progressivamente desde a independência. Uma aposta na reforma social até inícios dos anos 80, com incidência nos sectores da saúde e do ensino, numa altura em que parte da indústria deixada pelos portugueses nas cidades estava ainda em funcionamento e uma parte significativa da população habitava no interior, vivendo do sector primário, parecia ser possível. O instalar da guerra nas aldeias e consequentes migrações internas do campo para a cidade<sup>8</sup>, acompanhada da política económica então desenvolvida, levou entretanto a que a condição sócio-económica de Angola seja hoje uma das piores no Mundo. Dados recentes da Unicef demonstram por exemplo que aproximadamente 400 crianças em cada 1000 morrem antes de fazerem 5 anos, e que ¼ da população carece de assistência humanitária. (ver tabelal 3.1). Apenas 3,5% e 2,8 % do Orçamento geral do estado são hoje canalizados para o ensino e saúde, respectivamente, o que é pouco mesmo em termos Africanos. Uma ajuda externa na ordem dos 49 USD per capita, está igualmente muito aquém da média no Sul de Africa.

---

<sup>6</sup> Ver Tvedten (1997) para uma análise mais abrangente do desenvolvimento político-económico em Angola.

<sup>7</sup> Angola surge como nr. 107 entre 133 países em termos de PIB per capita (Banco Mundial/ 1999) e como nr 157 entre 174, ao abrigo do Índice de Desenvolvimento da UNDP (UNDP 1998)

<sup>8</sup> Mais de 50% da população vive agora nas cidades, tendo a população da capital, Luanda, aumentado de 2 para 3,5 milh. desde 1994.

**Tabela 3.1. Indicadores sócio-económicos**

Indicador	Valor
População	12,5 milh.
Esperança de vida	45 anos
Taxa Mortalidade Infantil (até aos 5 anos, por 1000 nados vivos )	380
Taxa Mortalidade Infantil (até 1 ano, por 1000 nados vivos )	220
Alfabetização entre os adultos	42 %
Acesso a água potável	32 %
Refugiados/Migrações internas	1,2 milh.
População carecida de assistência humanitária	2,7 milh.
Ajuda Externa per capita	49 USD
Ajuda Externa em % do PIB	15.8 %

Fonte: UNICEF e UNDP

Os Direitos Humanos Universais proclamados no âmbito das Nações Unidas e ao abrigo das Convenções celebradas no âmbito da ONU, podem ser divididos numa primeira geração (direitos cívicos e políticos), numa segunda geração, (económicos, sociais e culturais) e numa terceira geração( os direitos colectivos, como os de associação, direito à independência e autonomia de grupos minoritários). .

Todos os Direitos Universais foram ratificados em Angola no decorrer das grandes transformações políticas registadas entre 1989 e 1992. O país possui uma constituição democrática, leis e sistema eleitoral, liberdade de imprensa e de associação, direito à greve, etc.. Não restam no entanto dúvidas de que os direitos fundamentais são na prática ignorados. Para além das violações desses mesmos direitos por força de situações de extrema pobreza e de guerra vigentes, existem problemas relacionados com a liberdade do sistema judicial, direito de livre expressão, direitos laborais e direitos de alguns grupos minoritários. A situação é grave em todo o território, mas particularmente difícil nas áreas controladas pela UNITA.

Nem a situação de defesa dos Direitos Universais, nem a falta de regalias sócio-económicas pode ser analisada, sem termos em consideração o problema da guerra no território. Uma guerra entre o *Movimento Popular de Libertação de Angola* (MPLA, liderado por Eduardo dos Santos) e partido do Governo, e o movimento de guerrilha, *União para a Independência Total de Angola* (UNITA, liderado por Jonas Savimbi), e que surgiu praticamente com a independência em 1975. Um conflito oriundo ainda do período da Guerra Fria (até 1989) e exacerbado por diversos conflitos regionais (a partir de 1994), dando-lhe uma dimensão internacional e o envolvimento indirecto de países petrolíferos importantes (especialmente EUA e França)<sup>9</sup>. Ambas as partes beligerantes financiam o conflito a partir das receitas resultantes de recursos minerais. O Governo, através da receita petrolífera, a UNITA através da extracção e venda de diamantes.

Um acordo de paz celebrado entre o MPLA e a UNITA em 1990, potenciou eleições para a presidência em 1992, então ganhas por Eduardo dos Santos com 49,6% (contra os 40,1% de

<sup>9</sup> As Comp. Americanas adquiriram um papel dominante no sector petrolífero Angolano, ao mesmo tempo que os EUA apoiavam a UNITA com armas e ajuda financeira significativa, desde 1975 até 1990. Os EUA só reconheceram o Governo Angolano em Março de 1993. A França tem estado envolvida nos conflitos do Congo Brazaville e Kinshasa, nos quais também Angola se envolveu.

Jonas Savimbi), e para o Parlamento, ganhas pelo MPLA com 53,7% dos votos (contra os 34,1% da UNITA). Mais de 90% de uma população cansada da guerra participou nas eleições, tendo Parlamento e Presidente tomado posse de acordo com o resultado das urnas. UNITA e Savimbi nunca aceitaram, no entanto, a derrota, apesar de os observadores da Comunidade Internacional terem considerado as eleições como "livre e justas". A UNITA atacou Luanda em 1992, e a guerra rapidamente se espalhou de novo a todo o território.

Desde essa altura que a Guerra tem assumido proporções bastante superiores aquelas até então aí verificadas, com uma escalada do conflito a muitas das cidades Angolanas. Milhares de pessoas morreram e o banho de sangue verificado no ano de 1994 em cidades como Kuito e Huambo é considerado dos piores registados na história moderna do Continente Africano.

Um acordo de paz celebrado em 1994 em Luzaka nunca chegou a ter resultados práticos, agudizando-se as divergências entre a UNITA e o Governo. A Comunidade Internacional, através da ONU e da designada "tróika" (EUA/Rússia/Portugal), nunca chegou a conseguir esboçar qualquer plano de paz, tendo a ONU sido criticada pela passividade na utilização dos necessários recursos económicos por forma a conter o conflito e por não ter delegado concretamente na UNITA a responsabilidade pelo reativar da guerra. As forças de paz da ONU (MONUA), retiraram-se já de Angola.

O desenvolvimento político em Angola tem ido na direcção de uma crescente centralização do poder nas mãos do Presidente Eduardo dos Santos e do seu círculo político, com consequente redução da influência das instituições democráticas no processo deliberativo, a julgar pelas mais recentes depurações no Partido e no Governo. À saída de representantes moderados como o Primeiro Ministro Van Dunem e o Secretário Geral do Partido, Lopo do Nascimento, seguiu-se a entrada de "gaviões" partidários de soluções militares no conflito com a UNITA. Esta por seu lado, dividiu-se numa ala militar intransigente, liderada por Jonas Savimbi, e por uma ala política (Unita-Renovada), sem influência real. A guerra assume agora dimensões nunca vistas, controlando a UNITA 60% do território.

O objectivo primordial da UNITA parece ser o de estabelecer os fundamentos para a criação de um Estado na parte central e do Leste, onde reside o maior grupo étnico Angolano, os Ovumbos. As autoridades parecem ter desistido de encontrar uma solução política para o conflito e de reabilitar o papel das instituições democráticas, ao mesmo tempo que parece esvanecer-se a possibilidade de uma contribuição da Comunidade Internacional para uma resolução do conflito. Há quem o afirme, contudo, ser mais o interesse das grandes potências a funcionar, o qual não aconselha à utilização de grande pressão política.

#### *Futuros cenários de desenvolvimento*

Dir-se-ia existirem três cenários possíveis, no que diz respeito ao desenvolvimento político-económico de Angola.

Um cenário optimista, consiste num real e efectivo acordo de paz entre MPLA e UNITA, uma reabilitação das estruturas democráticas, incrementação da produção agrícola e aumento do

investimento industrial. Um cenário que se julgava possível durante a evolução económica entre 1990 e 1992 e as eleições democráticas, mas que agora se verifica menos plausível.

Um cenário pessimista pressupõe um cenário de guerra de maior dimensão, intrínseco em conflitos regionais, com a UNITA continuando a controlar grande parte do território de Angola, o que na prática originará a implantação de dois Estados. Uma tutela, quer no MPLA, quer na UNITA cada vez mais militarizada e agressiva, com a economia desfeita e uma população na miséria. A centralização populacional nas cidades compele aos descatos sociais. A situação em Angola não chegou a este ponto, e quer o papel regional que o país desempenha nesta região Africana, quer os interesses Ocidentais que se manifestam, deixam a entender que um cenário desta envergadura será difícil de acontecer.

Um terceiro cenário representado por uma situação entra as duas acima referidas, e embora todos os três sejam possíveis, parece ser de momento o mais realista. E implicará uma continuação da guerra, predominantemente nas zonas das aldeias, a existencia de instituições democráticas sem um poder real e uma ausência de desenvolvimento económico fora do sector petrolífero. Um agravar das condições da população, quer nas cidades, quer nas aldeias, não se manifestará em mudanças de poder, com as autoridades a manterem o controle, através de um efectivo aparelho de poder e uma distribuição de privilégios políticos.

### **3.2 A importancia do sector petrolífero**

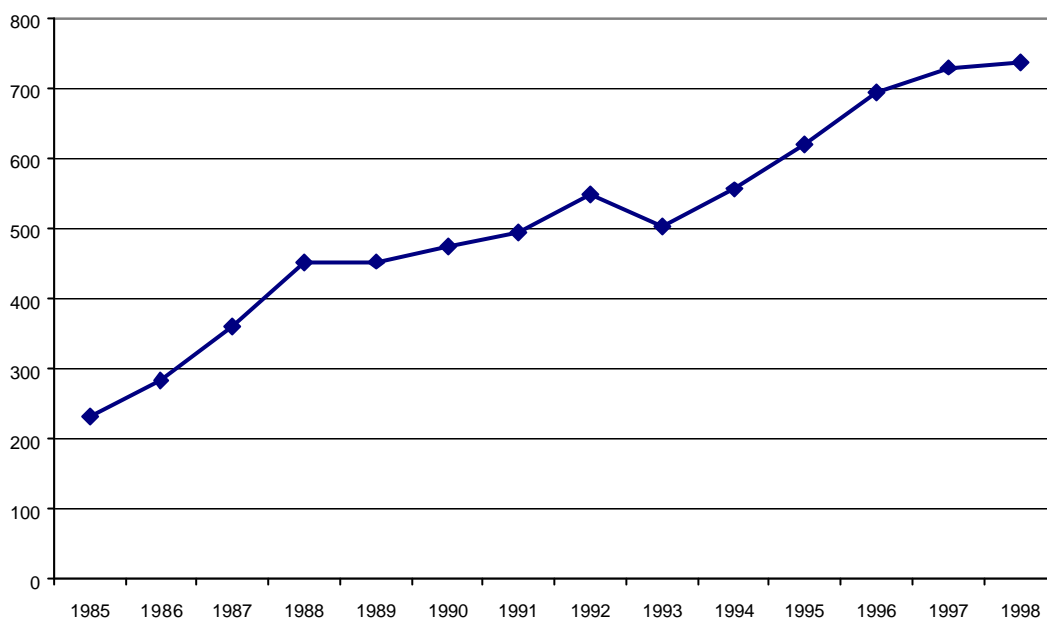
A indústria petrolífera Angolana tem sido, de um modo geral, protegida da escalada militar e do desenvolvimento político-económico em Angola.<sup>10</sup> Desde o estabelecimento destas nos anos 50, que a política desenvolvida para com as Multinacionais Petrolíferas tem sido relativamente liberal. Investidores estrangeiros conseguiram direitos idênticos aos das empresas locais, sendo permitido o repatriamento das receitas. Quer por este facto, quer pelo facto de a exploração petrolífera estar situada numa zona fora do alcance da artilharia da guerrilha, a produção petrolífera tem sido desenvolvida e evoluído continuamente, mau grado o desgoverno económico e a situação de guerra vivida.

Devido ao petróleo, subentende-se que a economia Angolana tenha vindo a desenvolver-se progressivamente desde 1994. Embora os dados informáticos disponíveis sejam pouco credíveis, estimativas da EIU e de outros analíticos centrais, deixam antever uma evolução média anual da curva de crescimento na ordem dos 10%, embora com um decréscimo efectivo e dramático em 1998 por força da queda dos preços. O crescimento resulta entretanto e quase exclusivamente da extracção petrolífera e de diamantes, verificando-se uma estagnação no resto da economia. (Aguilar 1998). É grande o potencial de crescimento continuado no sector petrolífero, agora que dois novos jazigos foram descobertos nos últimos anos, para além da presente e intensa actividade de prospecção, onde a percentagem de furos que resulta na descoberta de novos poços se afigura bastante elevada.

---

<sup>10</sup> Duas zonas centrais, mantêm-se contudo ainda expostas, a base petrolífera da Elf, em Soyo, na Província do Zaire e a base petrolífera da Chevrons oljebase, no enclave de Cabinda. Quase 80% da produção Angolana decorre agora fora destas áreas.

**Diagrama 3.2. Produção Angolana ( 1000 barris/dia )**



Fonte: EIU

O sector petrolífero esteve na origem de 92% das receitas de exportação em 1992, representando aproximadamente 50% da produção total de riqueza no país (EIU/FMI 1998). Além disso o sector abarca quase a totalidade dos investimentos em Angola. (EIU 1998). O Diagrama 3.2 demonstra a evolução na produção de petróleo desde 1985 e que como podemos comprovar registou uma evolução continuada. Um crescimento que se prevê mais acelerado para os próximos anos, em consequência da descoberta de novos jazigos e da entrada em exploração de novos poços a partir do ano 2000. como seja por exemplo o novo projecto da Chevron no bloco 0, na zona de Cabinda, iniciado em 1998 e a construção do bloco 17, considerado um dos mais promissores de todo o Hemisfério Sul. O operador, Elf, espera iniciar a exploração dos primeiros poços (Girassol), no ano 2000, enquanto que os segundos (Dalila), provavelmente no ano de 2003. Quer a Norsk Hydro, quer a Statoil, detêm participações no bloco 17. Por último, ainda o bloco 15, tendo a Esso por operador e que se espera venha a contribuir acentuadamente para um crescimento significativo da produção petrolífera ao longo de todo este século.

O balancete Angolano para com o estrangeiro, dá uma boa ideia da importância do sector petrolífero na economia oficial e da forma como as receitas petrolíferas são geridas. A tabela 3.2 apresenta o balancete em dólares americanos.

As exportações petrolíferas representam quase a totalidade das receitas do país. De notar igualmente que o crescimento do saldo positivo na balança comercial com o estrangeiro fica igualmente a dever-se ao sector petrolífero, embora seja absorvido pelo défice no sector dos serviços, o qual engloba os juros dos empréstimos contraídos ao estrangeiro, importação de serviços, repatriação de receitas de firmas estrangeiras, salários a cooperantes estrangeiros e transferências do estrangeiro. Todas estas despesas estão relacionadas com o sector do

petróleo, originando conjuntamente com a balança comercial, um défict no balancete com o estrangeiro. Este deverá ser invertido para lucro, uma vez iniciada a exploração do bloco 17, quando não o país acabará por cair na miséria total, uma vez esgotados os recursos petrolíferos disponíveis, e conforme tivemos já oportunidade de referir no pt. 2.1.

**Tabela 3.2 Balança Pagamentos de Angola/Estrangeiro (milh. USD)**

	1993	1994	1995	1996	1997
Exportações	2900	3017	3723	5087	5024
Petróleo	2826	2901	3522	4772	4619
Importações	-1463	-1454	-1860	-2040	-2383
Balança Comercial	1437	1563	1863	3047	2641
Serviços	-2275	-2116	-2754	-3390	-3218
Juros	-567	-539	-641	-882	-386
Balança transacções correntes	-838	-554	-892	-343	-577
Investimento directo estrangeiro	302	170	472	181	185
Balança capitais	-502	-324	-450	106	303
Fluxo capitais a curto prazo, (+falhas e transacções por registar)	-671	-255	-384	375	...
Balança pagamentos	-2012	-1133	-1726	-504	-274
Financiamento					
Alteração de reservas	900	35	624	-1648	183
Amortizações a pagamento	1095	899	1022	-164	862
Dívida renegociada	17	198	80	1704	29
Dívida perdoada	0	0	0	4033	0

Fonte: EIU

Um défict na balança de transacções correntes, deverá normalmente ser equilibrado por um superhávít na balança de capitais. Numa fase de consolidação numa economia baseada no crescimento petrolífero é sinónimo de que o país investe mais do que poupa. No caso Angolano, regista-se igualmente um défict na balança de capitais com o estrangeiro.<sup>11</sup> Apesar de o país ter recebido entre 1 e 1,6 biliões de dólares resultantes quer da contração de empréstimos, quer do investimento estrangeiro nos últimos três anos, tal não foi suficiente para contrariar uma fuga líquida de capitais.

Angola não consegue amortizar a dívida externa, pelo que as saídas são na realidade menores do que a balança de capitais deixa a entender (ver rodapé 12). Tal implica que, quer juros vencidos e vencidos, quer as prestações, tenham vindo a avolumar-se, constituindo já em 1995 quase metade da dívida externa. O país viu perdoada uma dívida na ordem dos 4 biliões de dólares em 1996, na sua maior parte para com o Leste Europeu, o que não impediu que em 1997, o volume das prestações e juros vencidos a pagar tivesse regressado ao nível anterior.

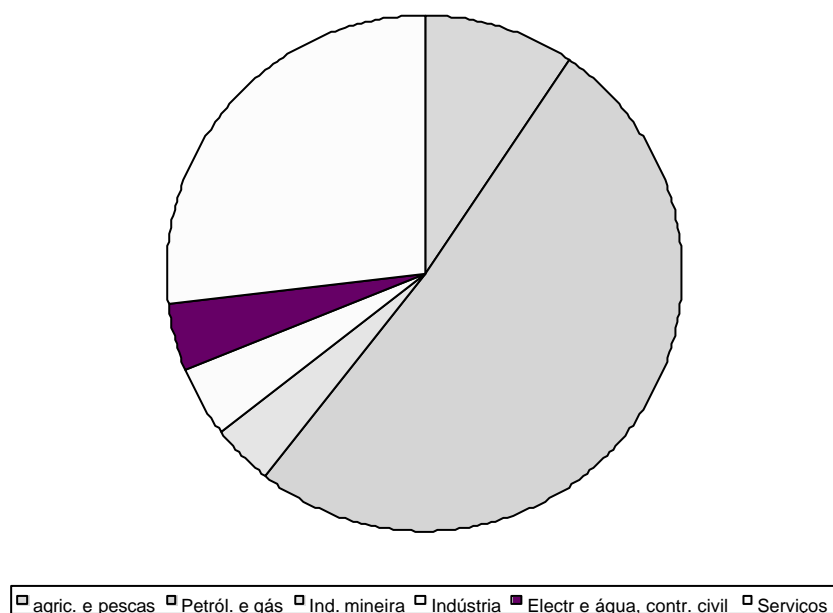
Países endividados e com dificuldades de pagamento como Angola, não têm normalmente acesso ao mercado financeiro internacional. O défict na balança de transacções correntes é antes superido através de negociações para refinanciamento da dívida, quer via supressão de parte da mesma, quer através da contração com os designados países doadores, de novos empréstimos

<sup>11</sup> Juros e prestações relativos a empréstimos no estrangeiro são normalmente contabilizados na data de vencimento e lançados nos “analíticos” quando não amortizados conforme, no rubrica de financiamentos.

bonificados, ao abrigo de acordos bilaterais e multilaterais. Angola não tem tido grande acesso a empréstimos desta natureza. Quer o Banco Mundial, quer o FMI, entendem que o país dispõe de uma gestão demasiado fraca dos dinheiros públicos, para estar em condições de ir ao encontro dos critérios exigidos. Mas Angola consegue ainda assim, ter acesso ao crédito internacional e para percebermos como tal é possível, importa fazer uma distinção entre a gestão da tutela em geral e a da Sonangol, em particular, que é a Comp.Petrolífera Nacional, pertença do Estado. Empresa que tem sabido cumprir com as suas obrigações internacionais, pagando pontualmente e gozando de confiança junto do meio financeiro. Sonangol viu ainda empréstimos seus, serem garantidos pelo Banco Americano de Import-Export. Quer a França, quer os EUA, têm encorajado as suas instituições financeiras a concederem empréstimos a Angola, por forma a assegurarem os investimentos das suas empresas no país (EIU 1999). Novos empréstimos à Sonangol, são concedidos tendo por garantia futuras produções petrolíferas. Deste modo, inúmeros anos de produção futura estão já hipotecados e apenas uma pequena parte das receitas se constituem em fundos livres de serem transferíveis para os cofres do Estado e como tal passíveis de serem utilizáveis em prol do desenvolvimento social.

Angola exporta uma boa parte do que é produzido no país, importando uma outra boa parte do que é transaccionado no mercado interno. As exportações representam cerca de 80% do PIB, enquanto as importações 70%. O acesso a produtos de importação e respectivos preços, está dependente de privilégios e conhecimentos junto do aparelho de Estado, circunstancia imposta pelo regime de cambios vigente. O cambio oficial, determinado pelo Estado, é bastante inferior ao paralelo, determinado pelo mercado, criando situações de privilégio e riqueza fácil. Grupos com acesso a empréstimos em moeda estrangeira, podem como tal amortizá-la recorrendo ao mercado paralelo e depois de a inflação ter “comido” uma boa parte do dito emprestimo. De novo uma forma encontrada pela elite, de fazer recircular as receitas do petróleo entre grupos privilegiados. Existem entretanto planos para uma liberalização do regime cambial de forma a criar um mercado cambial único.

**Diagrama 3.3 O PIB por sectores em 1997**





O Diagrama 3.3 apresenta a estrutura industrial de uma Angola dominada pelo sector do petróleo. Considerando-se que é um país fértil em terrenos agrícolas e rico em peixe, o sector primário representa uma parte muito pequena da economia. Igualmente interessante de analisar o conteúdo do sector terciário, dominado por serviços públicos enquanto que os directamente relacionados com a indústria petrolífera (transporte e outro tipo de comunicação, serviços financeiros ou outros relacionados com produtos) são uma parte muito pequena do total e têm de ser importados. Outros problemas que impedem sinergias a outros sectores da economia, são:

- Um sistema de transportes inactivo e situações de guerra no país, tornam caro e difícil o transporte interno de produtos;
- Grandes problemas ao nível da agricultura, resultam na falta de produtos agrícolas quer para a indústria de catering, quer para a indústria alimentar em geral;
- Falta de uma indústria básica;
- Nível baixo de poupança e falta de acesso ao crédito para investimentos a longo prazo, pressionam a manutenção da indústria de base nos níveis actuais. Fora de Luanda não existe mesmo qualquer regime de crédito disponível;
- Abastecimento de electricidade irregular e sistemas de comunicação ineficientes;
- O papel dominante da indústria petrolífera, originou em Angola os problemas típicos da designada "doença Holandesa". Um regime cambial oficial inefectivo, com o sector petrolífero e parte do sector público a captarem o melhor da massa laboral, tornando difícil a outras indústrias nacionais, quer o recrutamento de pessoal qualificado, quer o acesso a produtos estrangeiros a preços competitivos.

Em consequência destas circunstâncias, Angola é um país de custos extremamente elevados. Luanda é mesmo considerada como a segunda cidade mais cara do Mundo para se realizarem negócios. Uma condição que impede a indústria local de estar apta a competir pelas exigências de qualidade, preço e de fornecimento pontual. As Companhias que tivemos oportunidade de entrevistar deixaram entender que o estabelecimento de filiais, no que respeita aos sectores mais tecnológicos desta indústria, irá estar fora de causa por muitos e muitos anos. Daí que a esmagadora maioria dos produtos necessários sejam hoje oriundos do estrangeiro. Até mesmo o serviço de catering é oriundo da Europa, EUA e Africa do Sul. Apenas 5% das aquisições são feitas localmente, de um modo geral a filiais de fornecedores estrangeiros.

### **3.3 O sector petrolífero, regulamentação e estrutura**

Angola era já produtora de petróleo no tempo colonial, ainda que em pequena escala. Logo no início do sec. XX, foi dada como certa a existência de importantes jazigos de petróleo no país, os quais faziam parte de um sistema que vai desde a Nigéria à Namíbia. As reservas petrolíferas na Africa Ocidental constituem hoje 3% das reservas Mundiais e cerca de 5,5% da produção Mundial de crude em 1995 foi oriunda desta zona. (IAEE 1997). Formado na Época Terciária, o crude encontra-se em zonas relativamente próximas do fundo do mar. A produção petrolífera iniciou-se em 1955, com a Petrofina e numa zona em terra, próximo de Luanda e dez anos mais tarde surgiu o primeiro poço em offshore, tendo a Chevron como operadora. Angola é hoje o

vigésimo terceiro produtor Mundial, com um volume de 800 mil barris por dia, na sua esmagadora maioria em offshore.<sup>12</sup>

A comp. Nacional, Sonangol, foi constituída em 1977, tendo-lhe sido concedidos os direitos sobre todos os jazigos de Angola e ao abrigo da Lei do Petróleo do país. A Sonangol é ou age simultaneamente como companhia petrolífera e como tutela do sector, tendo-lhe sido concedidas as seguintes funções administrativas:

- Concessão de blocos na plataforma Continental;
- Fiscalização dos operadores e demais actividade nos blocos;
- Aprovar todas as decisões importantes, tais como escolha de tecnologia, fornecedores e plano de investimentos.

Além disso, desenvolve a Sonangol, uma actividade comercial nas seguintes áreas:

- Prospecção e produção de petróleo e gás natural;
- Refinação;
- Promoção e distribuição no mercado interno;
- Promoção no mercado internacional, através de escritórios próprios em Londres;
- Actividade em Estaleiros de Offshore (joint venture com empresa Francesa);
- Logística e serviços básicos.

A Sonangol administrou ainda, por períodos, trocas comerciais de crude, possuindo por outras palavras, um poder enorme, estando presente nos dois lados da cadeia comercial e no processo de decisão em termos de concessão de licenças, prospecção, construção e gestão dos poços de petróleo. A distribuição de desempenhos entre a Companhia e o MINPET, Ministério do Petróleo, é muitas vezes visto pelas petrolíferas como pouco definido, podendo tornar problemático o relacionamento simultaneo, enquanto parceiro comercial e tutela.<sup>13</sup> Um problema que tenderá a aumentar, caso a Sonangol venha a manter as suas funções de tutela no sector, ao mesmo tempo que se desenvolve por forma a tornar-se numa empresa petrolífera com funções ainda mais operativas..

O relacionamento das empresas estrangeiras com a Sonangol, pode assumir duas formas. Ou através de uma joint-venture, segundo a qual os parceiros partilham gastos e receitas de acordo com a percentagem de envolvimento de cada um no projecto, ou através de um acordo de produção (PSA), através do qual o parceiro estrangeiro assume o estatuto de operador nos poços a intervir. Um acordo desta natureza implica que o operador, eventualmente em conjunto com outros parceiros, assume a responsabilidade dos custos de investimento. Uma vez iniciada a produção, esta é dividida entre o designado petróleo(ou crude) de custo e o de dividendos(ou lucro). O petróleo de custo é a entender pertença do operador como compensação pelos custos de investimento e de produção, atingindo normalmente os 50%. Não amortizados os investimentos num período de 4-5 anos, contudo, esta percentagem poderá ser superior. O

---

<sup>12</sup> A produção em terra era em 1998 de 15 000 barris ao dia.

<sup>13</sup> Joaquim David, o respeitado Administrador da Sonangol, foi em 1998 indigitado para Ministro das Finanças, enquanto o Dir. da empresa, José de Vasconcelos era indigitado para Ministro do Petróleo, sendo ainda cedo para aferir das implicações que daqui poderão advir no funcionamento entre a tutela e a Sonangol.

designado petróleo de dividendos(ou lucro), é aquele a entender dividido entre a Sonangol e o operador. A percentagem pertença da Sonangol varia bastante, ao longo de uma escala de aferimento com base na produção acumulada no poço em causa ou de acordo com os juros internos considerados para projectos de captação profunda ou ultra-profunda.<sup>14</sup> A percentagem da Sonangol aumenta aqui com o decorrer do tempo, atingindo normalmente os 90% uma vez ultrapassados os 100 milhões de barris de produção acumulada. O operador e demais parceiros pagam impostos sobre a sua parte dos lucros, bem como royalties.

Na celebração de um PSA, o operador assume a responsabilidade de perfurar até um número especificado de poços num determinado espaço de tempo (entre 4-5 + 2 anos). Na eventualidade de resultados positivos, o poço deverá ser declarado comercial no espaço de dois anos ou até seis meses após a segunda captação de estimativa. O início da produção deverá ter lugar no espaço posterior de até seis anos. Um PSA é considerado atractivo quer para o operador, quer para as autoridades Angolanas. Estas abstêm-se de alocar recursos em investimentos de risco e as comp. petrolíferas têm a possibilidade de verem rapidamente cobertos os investimentos até então realizados. Os impostos a atribuir estão ainda dependentes da rentabilidade encontrada. Um contrato PSA restringe, muito provavelmente, em maior grau, as possibilidades de transposição de conhecimentos para parceiros locais, do que se de uma joint-venture se tratasse, já que a Sonangol assume um papel mais passivo ao longo de um PSA. Além disso, há quem advogue que se o designado óleo de custo variar de acordo com as despesas, poderá originar menos incentivos à produtividade.

Uma intensa actividade de prospecção em águas ultra-profundas decorre actualmente em Angola, tendo uma enorme percentagem dos furos de teste resultado na descoberta de petróleo. No bloco 17, onde quer a Statoil, quer a Hydro estão presentes, a percentagem de sucesso foi de 5 em 6, o que criou enormes expectativas ao redor de Angola como futuro produtor de petróleo, tornando-a interessante para as companhias petrolíferas. Um facto aproveitado pelas autoridades através da criação de um sistema de bónus extra a desembolsar pelas companhias junto de quem reverta o estatuto de operador no bloco e que deverá significar entre 40 a 300 milhões de dólares em receita extra para as entidades locais. Um bónus que oficialmente é tido como um imposto ou coima sobre um futuro e hipotético fluxo de capitais, mas que há quem afirme, apenas tenha resultado em mais uma forma de corrupção por forma a conseguir o acesso ao petróleo Angolano. O critério decisivo para aferir se se trata de um imposto ou de corrupção, resulta da análise sobre a favor de quem reverterão as receitas. Numa primeira instancia, a favor da Sonangol, que é quem factura o montante em nome da tutela. Qual o montante que acabará por chegar aos cofres do Estado, é entretanto difícil de prever, tanto mais que conforme anteriormente descrito, não são estes valores eficazmente mencionados nos Orçamentos e Resultados do Estado.

O bónus em questão, não limitou no entanto a concorrência e a corrida ao petróleo começou a sério depois de em 1996, a Elf ter descoberto o “Girassol” no bloco 17, o qual poderá significar qualquer coisa como 2000 milhões de barris. A título de comparação, foram as reservas do Statfjordfeltet, no Mar do Norte, estimadas inicialmente em 2500 milhões de barris.

---

<sup>14</sup> Águas profundas são definidas entre 200 a 1500: Águas ultra-profundas estão para além dos 1500 metros.

Quer a localização, quer o modo de captação implícito aos novos blocos, levantam desafios importantes às autoridades e companhias petrolíferas no campo da segurança, tecnologia e eficiência. O bloco 17, por exemplo, entre 1300 a 3000 metros no fundo do mar, era há muitos poucos anos tecnologicamente e economicamente impossível de explorar. O facto de estes jazigos serem complexos e estarem situados tão no fundo do mar, deixa a entender que muito provavelmente o sector petrolífero Angolano continuará a ser dominado pelas grandes companhias internacionais, durante muitos anos.

Ainda assim, exigem as autoridades Angolanas que as companhias petrolíferas dêem preferência aos fornecedores locais. Muitas delas resolvem o problema através do estabelecimento em Angola dos seus fornecedores habituais. Exigir o fornecimento local, numa situação de mercado sem concorrência, pode rapidamente potenciar situações de corrupção. Empresas de caixa postal que promovem o fornecimento de géneros e produtos oriundos do estrangeiro, dando-lhes “um ar” de nacional, surgem a miúdo, tornando mais cara a produção e mais difícil o relacionamento comercial, numa conjuntura que dificilmente dará origem a empreendedores.

#### *Actividades de refinação e derivados / “downstreams”*

Angola possui pouca actividade de refinação. Uma refinaria produz para o mercado interno, exportando poucas quantidades, na sua maioria para os países vizinhos. Construída em 1950, está bastante deteriorada, sendo participada pela Sonangol (36%) e pela Fina Petróleos de Angola, uma subsidiária da Petrofina (61%). Petrofina <sup>15</sup> é também responsável pela gestão, existindo planos para a remodelar, para além ainda de intenções em construir uma nova e moderna, refinaria, necessária caso haja intenções de fazer face à futura procura interna. A capacidade actual ronda as 1,3 milhões de toneladas, podendo crescer rapidamente, caso chegue o fim da guerra.

Embora se assista hoje a um excesso de oferta de produtos petrolíferos em termos totais, mantêm-se as importações de derivados de melhor qualidade e uma nova refinaria poderá ir ao encontro das exigências ambientais de hoje, num projecto que para ser rentável terá de facturar bastante mais do que a procura interna do momento, existindo como tal planos de exportação para os países vizinhos, numa situação de concorrência com a África do Sul. Não há qualquer actividade petroquímica em Angola, embora as autoridades aspirem a estimular o investimento nesta área.

A promoção e distribuição dos produtos petrolíferos, é em geral assumida pela Sonangol e pela Petrofina, a primeira até há pouco tempo detentora de um monopólio central de distribuição, regulando os preços da saída da refinaria até à venda nos postos de venda. Uma política de liberalização foi entretanto implementada, prevendo-se que a nova Lei do Petróleo venha a abrir o mercado quer para as empresas nacionais, quer internacionais, embora entre estas últimas, se afigure reduzido o interesse manifestado. Existem apenas 250 postos de venda de gasolina em funcionamento, na sua maioria ao redor de Luanda (Mbendi Information for Africa). Sonangol e BP celebraram recentemente um acordo de distribuição.

---

<sup>15</sup> A Fina foi recentemente adquirida pela Total.

### *Gás*

Angola dispõe de reservas significativas de gás natural, algumas conotadas com os jazigos de petróleo, outras independentes. A queima não é em princípio permitida, prescrevendo a nova Lei do Petróleo que na concessão de novos poços, deverão ser apresentados planos quanto à forma como o gás será extraído.<sup>16</sup> A guerra em Angola, acompanhada da inexistência de um mercado interno, têm entretanto criado grandes problemas à colocação do gás, sendo grande parte reinjectado nos reservatórios naturais e a restante (LNG) para exportação, enquanto uma terceira parte continua a ser queimada. Uma alternativa tecnológica possível e menos exigente, será exportar o gás botano (LPG).

Angola dispõe ainda da possibilidade de construir uma indústria de energia intensiva baseada na refinação do gás natural. Há quem pense numa indústria de alumínio, mas não existem planos concretos. Além disso as reservas naturais independentes estão bastante acima das necessidades do mercado local por tempo indeterminado, havendo por isso que criar mercados de exportação para o gás natural. Tal implicará investimentos de montante bastante elevado, levará tempo e pressupõe a existência de paz na região.

Concluimos este capítulo, afirmando que a indústria petrolífera Angolana surge como um enclave na economia do país, sendo mínimas as repercursões que potencia para um desenvolvimento da restante indústria local. Novos furos e descoberta de jazigos acontecem em águas tão profundas, de exigência tecnológica tão elaborada, que hoje apenas as grandes companhias internacionais e os seus tradicionais fornecedores estão em condições de os explorar. O desenvolvimento Angolano basear-se-á mais no consumo interno das receitas petrolíferas, do que no desenvolvimento industrial directamente conotado com o sector do petróleo. Um aumento dos processos de refinação é possível, mas subentende o cessar da guerra. Finalmente, a exploração dos enormes recursos de gás naturais existentes no futuro, terá provavelmente de passar pela existência de um mercado regional, baseando-se as vendas na celebração de contratos a longo prazo.

---

<sup>16</sup> O gás inerente aos jazigos de petróleo é propriedade da Sonangol.

## 4 O investimento estrangeiro no sector petrolífero

### 4.1 Dimensão e características

A exploração do óleo e gás natural é dominada pelas companhias internacionais. A Chevron é a maior e tem estado presente desde o início, representando actualmente cerca de 60% da produção total.<sup>17</sup> A seguir surge a Elf, responsável pelo bloco 17. Considerado de momento como o bloco de maior potencial, e onde se encontra o importante poço de Girassol, a 1350 metros de profundidade, a percentagem da Elf terá tendência a aumentar. A companhia escolheu uma tecnologia de produção baseada em instalações submersas, tubagens fixas de ascensão em alumínio e um sistema de aprovisionamento e carga flutuante, (FPSO). Um contrato EPC foi concedido a uma empresa Francêsa que adjudicou a construção a uns estaleiros Coreanos. A plataforma foi lançada a concurso, encontrando-se os noruegueses da Aker Maritime e da Kværner entre os pré-qualificados. Um estaleiro local será responsável pela finalização e aprovisionamento do equipamento destinado a este sector. A entrada em produção dos poços de Girassol e Dalia (também no bloco 17), está prevista para até 2004.

Visto em termos regionais, a Esso é a maior companhia presente na África Ocidental, sendo uma das cinco principais no domínio da tecnologia de extração a grande profundidade (Bearman 1999). Também o sector de fornecedores é dominado pelas grandes empresas internacionais. A tabela 4.1. apresenta as companhias que participam nos diversos blocos, em Angola. Os blocos 31, 32 e 33 ainda não foram oficialmente concedidos, mas parece ser evidente que as companhias indicadas na tabela deverão ser a considerar.

Conforme podemos observar, o sector é dominado pelas grandes petrolíferas Americanas. 70 a 80% do petróleo Angolano é exportado para os EUA, representando as importações Angolanas 7% das importações totais Americanas de petróleo, o que faz de Angola o sexto maior fornecedor dos EUA. Além disso, mais de 1/3 dos produtos importados por Angola, são fornecimentos à indústria petrolífera Americana,<sup>18</sup> uma percentagem que deverá ter tendência a diminuir no futuro, já que as adjudicações nos blocos 17, 31 e 32 recaíram todas em companhias Europeias.

O Diagrama 4.1 apresenta o desenvolvimento do investimento estrangeiro no sector petrolífero em Angola desde 1980, demonstrando o crescimento acelerado depois de 1993 e a uma velocidade que se prevê venha a mantê-se para os próximos anos. A Chevron, por exemplo, tem planos de investimento na ordem dos 4 biliões de dólares para os próximos anos, enquanto que o desenvolvimento do Girassol deverá rondar os dois biliões de dólares. Também as restantes licenças a grande profundidade promrtem, deixando antever um investimento massivo para os próximos cinco anos. O prognóstico de investimento da Sonangol para os próximos três anos ronda os 4 biliões de dólares para o ano de 2000, quantia idêntica para 2001 e 3,6 biliões de dólares para 2002.

### Tabela 4.1

<sup>17</sup> A subsidiária Angolana da Chevron é a Cabinda Gulf Oil Company, Cabgoc.

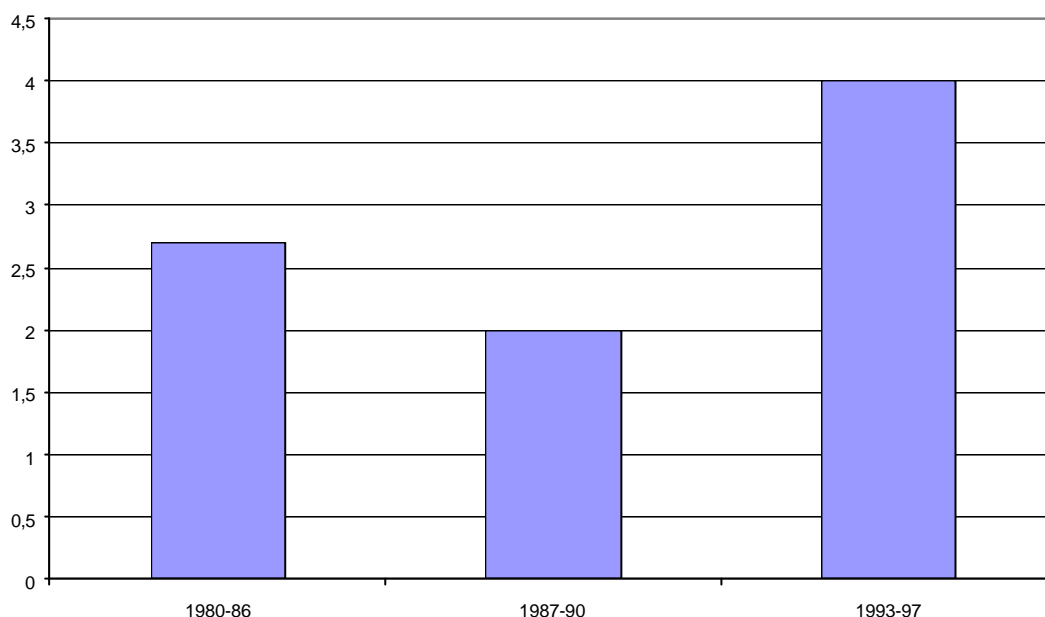
<sup>18</sup> Página oficial de Angola na internet (www.angola.org).

Bloco	Operador	Parceiros do consórcio
Blokk 0	Cabgoc (Chevron)	Sonangol, Agip, Elf
1 (prod.)	Agip	Elf, Petrogal, INA
1 (prospecção)	Texaco	Saga, Energy Africa, Mobil
2 (prod.)	Texaco	Sonangol, Total, Petrobras
2 (prospecção)	Total	Sonangol, Daewoo, Pedco, Energy Africa
3	Elf	Agip, Ajoco, Sonangol, Svenska, INA
4	Ranger Oil og Sonangol	Occidental
5	Sonangol	Norsk Hydro
7	Engen	Petro-Inett, Phillips
9	Texaco	Norsk Hydro, Mobil, Energy Africa
14	Cabgoc (Chevron)	Sonangol, Agip, Petrogal, Total
15	Esso	BP, Agip, Statoil
16	Shell	Texaco, Elf, Esso
17	Elf	Esso, BP, Statoil, Norsk Hydro, Petrofina
18	Amoco	Shell
20	Mobil	Texaco
21	BHP Petroleum	Esso, Amoco, Sonangol, Shell
22	Texaco	Esso, Sonangol, BHP Petroleum
24	Esso	Sonangol, Petronas, Ocean Energy
25	Agip	Sonangol, Esso
31	BP	
32	Elf	
33	Esso	
Kwanza	Petrofina e Sonangol	
Cabinda N.	Occidental	Teikoku, Neste, Sonangol
Cabinda Centro	Ocean Energy	Gulf Energy, Repsol, Petrogal, Sonangol
Cabinda S.	Petrofina	Elf, Sonangol, Anglo-Suisse

*Fonte: Texaco e O Pensador*

Angola foi confrontada com o enorme interesse das companhias petrolíferas na concessão de licenças para os blocos 31, 32 e 33. Sete em dez furos, resultaram em novos poços (Ministro do Petróleo de Angola, 1999), prevendo-se que os custos de produção sejam relativamente escassos para uma profundidade tão grande (7 a 8 dólares o barril, com base na tecnologia actual), em virtude de as enormes reservas descobertas permitirem uma produção em massa com custos por poço relativamente baixos, tanto mais que os mesmos se situam próximo do fundo do mar e em condições meteorológicas bastante aceitáveis, comparativamente a outras áreas de offshore. Uma produção que poderá portanto acontecer com instalações mais simples do que as presentes no Mar do Norte ou Golfo do México, embora a tecnologia a aplicar seja de grau de dificuldade semelhante.

**Diagrama 4.1. Investimento Estrangeiro no sector Petrolífero de Angola.**  
**Em biliões de dólares Americanos**



Fonte: [www.angola.org](http://www.angola.org)

A queda dos preços do petróleo em 1998 e inícios de 1999 originou atrasos na implementação dos projectos e reduções nos investimentos. Com as margens comerciais sob pressão será certamente ainda mais difícil a entrada de novos fornecedores no mercado, ao mesmo tempo que as grandes multinacionais que apostaram na tecnologia de águas profundas tornar-se-ão ainda mais dominantes, quer em Angola, quer globalmente, o que demonstra o facto de as grandes companhias quase não terem reduzido a sua actividade de prospecção em Angola, contrariamente ao registado noutras zonas, excepção feita às que tenham optado por se retirar do mercado, a exemplo do que a Saga Petroleum está em vias de concretizar.

## 4.2 Política ambiental

Todas as grandes petrolíferas estão preocupadas com a questão ambiental. Os seus produtos provocam a emissão de gases poluentes e anti-climáticos, sendo alvo de uma regulamentação e controle apertados, sendo estrategicamente importante actuarem na vanguarda, no que respeita à prevenção ambiental. Afigura-se-nos pois pouco provável que seja no interesse das companhias aproveitarem a existência ou de lacunas na lei, ou de ausência de vigilância, para negligenciar a questão ambiental, uma vez que tal poderá ter efeitos graves no plano global, ante uma eventual perda de confiança no mercado.

Poderemos criticar as companhias que operam em Angola por não terem feito todos os possíveis para limitar a queima de gás no âmbito da extracção petrolífera, mas é possível que tal continue relacionado mais com a falta de alternativas, do que de vontade. Conforme referido em 3.2, a exportação do gás natural exige a existência de infraestruturas em terra ou sistemas de tubagens rumo aos mercados regionais, circunstância de risco demasiado elevado no clima de guerra vigente.



Em vários dos blocos a grande profundidade, escolheram as companhias operadoras a utilização do sistema FPSO, não permitido de ser utilizado no Golfo do México, por exemplo, por imperativos ambientais, mas as companhias afirmam que com o ressurgimento de novas tecnologias tornaram o sistema muito mais seguro e que este será em breve reconhecido no Golfo do México. O FPSO é a propósito utilizado no Mar do Norte, entre outros nos poços de Åsgard og Norne.

Poderemos pois concluir afirmando que o sector petrolífero em Angola acompanha de um modo geral os requisitos ambientais internacionais e que as companhias operam em Angola de modo idêntico ao registado noutras áreas do globo. Uma área onde as petrolíferas eventualmente poderão contribuir para melhorias ainda mais acentuadas em Angola é ao nível do apoio técnico para o desenvolvimento de um sistema de prevenção em terra capaz de combater eficazmente situações de derrame, incêndios ou acidentes.

### 4.3 Emprego e profissionalização

A percentagem de empregados locais está longe de espelhar uma imagem real da "Angolanização" da actividade. Uma percentagem elevada de Angolanos pode muito bem ser sinónimo de que a maior parte da gestão do projecto acontece fora de Angola, como que uma grande parte das tarefas é executada por cidadãos Angolanos. A tabela 4.2 dá uma ideia da situação de emprego nas grandes companhias:

**Tabela 4.2**

Companhia	Empregados locais	Empregados locais (%)	Empregados estrangeiros
Chevron	1598	78	443
Elf	400	80	100
Texaco	125	50	125
Esso	140	93	10

*Fonte: Companhias petrolíferas*

Conforme podemos observar a Chevron dispõe da maior organização, empregando no entanto quase o mesmo número de locais quanto a Elf. Chevron dispõe entretanto da maior parte da sua organização Angolana, disposta em Angola, enquanto a Esso, com a maior percentagem de trabalhadores "locais", gere toda a sua actividade da casa mãe nos EUA. A dimensão da Chevron reflecte o facto de a companhia se constituir no maior operador no mercado, com uma presença de 30 anos em Angola.

Todas as petrolíferas dão especial relevo à formação, quer através de cursos de formação, hospedagem ou dos chamados programas-trainee, através dos quais quer as companhias, quer os seus fornecedores, assumem uma responsabilidade que vai muito além do que é habitual em termos de OCDE e que se pretende como forma de compensar um nível básico fraco. O nível profissional é normalmente resultado de uma semi-escolaridade oficial, com uma actividade rotativa internacional pelos quadros da companhia, concluída com uma experiência nos escritórios gerais. Norsk Hydro dispõe de um programa semelhante ao abrigo da sua aliança Sonangol, assunto sobre o qual nos voltaremos a debruçar no próximo capítulo.

A formação no capítulo da segurança, é outra das áreas onde as companhias dispõe de vantagens comparativas, eventualmente em conjunto com os seus fornecedores. Saga Petroleum tinha planos neste campo, conjuntamente com a NUTEC, um projecto agora abraçado pela Sonangol e onde a NUTEC está a concurso para formação no campo da segurança.

A Noruega tem uma grande experiência na transposição de conhecimentos e competências das emprêsas internacionais para firmas locais, em regime de formação. No regime de concessão da Statfjord, foi por exemplo requerido que a Statoil assumiria a responsabilidade de operadora, depois de a companhia internacional ter gerido os poços durante os primeiros anos do projecto. Os poços de Troll foram construídos pela Shell, mas a Statoil tinha a responsabilidade de operadora, quando estes entraram na fase extractiva. Até que ponto modelos com estas características são passíveis de executar em Angola, é difícil de considerar. A diferença tecnológica entre a capacidade de que a Sonangol já hoje dispõe e aquela necessária para gerir poços a tão grande profundidade pode ser de tal modo assinalável, que pode não ser realístico apostar numa estratégia deste tipo, embora uma joint-venture possa aqui, incluir acordos de formação e gradual transposição de responsabilidades para a Sonangol, a exemplo do projecto da Hydro mencionado anteriormente.

#### **4.4 Desenvolvimento industrial e logística**

Existe muito pouca indústria offshore em Angola, embora as autoridades locais estejam apostadas no desenvolvimento industrial ao concederem licenças e responsabilidades de operador às companhias. Bearman,(1999) afirma por exemplo que a Elf conseguiu o bloco 17 em parte fruto da solução tecnológica apresentada, que maximizou o nível de envolvimento local através da incorporação de filiais de emprêsas offshore Francêsas em Angola.

Conjuntamente com a Sonangol, os Francêses da ETPM estabeleceram um estaleiro offshore no Lobito, a Sonamet, que irá fabricar, entre outras, portadas para o convés de plataformas a instalar em águas pouco profundas, planeando ainda o aparelhamento de equipamento diverso para o poço de Girassol. O estaleiro dispõe actualmente de 350 empregados e no Verão de 98 todas as encomendas eram oriundas da Chevron.<sup>19</sup>

As petrolíferas e os seus fornecedores podem certamente apostar mais na identificação de fornecedores de produtos e serviços mais ao início da cadeia comercial de fornecimentos, como sejam por exemplo ao nível do catering, manutenção, transportes ou outros serviços semelhantes. Algumas medidas passíveis de serem analisadas:

- Uma vez que o mercado de acesso ao crédito é praticamente inexistente, as companhias e os seus fornecedores podem equacionar contribuir com formas ajustadas de crédito junto de fornecedores locais;

---

<sup>19</sup> Informação recolhida de uma brochura informativa da Sonangol.

- As petrolíferas e os seus fornecedores podem contribuir para o desenvolvimento de standards internacionais junto dos fornecedores, exigindo qualidade, propondo e ajudando a implementar medidas, caso estas sejam relativamente fáceis de implementar.<sup>20</sup>
- As petrolíferas e os seus fornecedores podem colaborar melhor com as entidades locais nas rotinas de informação das necessidades e qualificações para novos concursos públicos, juntando forças na publicação e distribuição regular de um boletim informativo.
- As petrolíferas e os seus fornecedores podem oferecer formação aos potenciais fornecedores ao nível das rotinas dos concursos. Falta de conhecimentos ao nível da documentação necessária constitui-se muitas vezes num obstáculo ao estabelecimento de firmas locais.

Um obstáculo ao desenvolvimento da indústria local reside entretanto no facto de a indústria local ter de pagar direitos sobre os produtos a aplicar, o que já não acontece com as empresas estrangeiras.

São grandes as oportunidades comerciais em potência, ao nível das actividades de “downstream” em Angola. Tratam-se naturalmente de indústrias de capital intensivo, mas a tecnologia é conhecida e standard, dispondo de todas as condições para conseguir funcionar, pressupondo naturalmente o fim do conflito armado.

Em condições normais, a aposta das petrolíferas e dos seus fornecedores no desenvolvimento de um sector petrolífero local, teria conduzido ao aparecimento gradual de competências a nível local, mesmo que dominada pelas filiais de companhias internacionais. A guerra e o desgoverno económico tornam entretanto muito difícil a evolução da indústria local.

#### **4.5 Ajuda externa e direitos humanos**

A indústria petrolífera tem operado independentemente da conjuntura político-económica Angolana, estando a maior parte dos que trabalham no sector protegidos da realidade social vigente. Quer a nível interno nas próprias companhias, quer em termos de opinião internacional, levantam-se questões quanto ao papel das empresas no contexto do país onde laboram. Além disso, exigem as autoridades Angolanas que as empresas estrangeiras contribuam para o desenvolvimento do país. Desenvolvimento industrial, conforme já tivemos oportunidade de analisar, pode ser difícil e o apoio das petrolíferas acaba por ser realizado em forma de ajuda humanitária, de uma ou outra forma. Fazem-no, por forma não só de ir ao encontro das exigências locais, como também para se perfilarem positivamente quer em Angola, quer em termos internacionais. Juntas, as companhias detêm igualmente uma posição forte no sentido de influenciarem as autoridades locais em prol do respeito pelos Direitos Humanos.<sup>21</sup>

Analise agora o desempenho e responsabilidade das petrolíferas face à pobreza e aos direitos humanos, bem como enquanto fonte de ajuda externa e ainda à luz e em consonância

<sup>20</sup> Muitas vezes fácil de conseguir com medidas simples, afirmam as petrolíferas (Chevron og Statoil). Fornecedores locais Nigerianos ganharam por exemplo concursos, embora não fossem os melhor qualificados, uma vez aceite fornecerem com a qualidade e preço das melhores propostas.

<sup>21</sup> A Comunidade Internacional tem utilizado a indústria privada como forma de alavanca para atingir estes objectivos, normalmente proibindo os investimentos. Qual o tipo de país alvo de sanções desta natureza, dir-se-ia ser fruto tanto da agenda política internacional, como de uma análise mais aturada dos condicionalismos sócio-políticos no país alvo.

com os apoios de outras fontes. Fazê-mo-lo, começando por um rápido sumariar da ajuda Norueguêsa e internacional a Angola.<sup>22</sup>

#### **4.5.1 A Ajuda Externa**

A ajuda externa institucional (ODA) tem desempenhado um papel relativamente modesto no desenvolvimento social de Angola, quando comparada com a maioria das restantes Nações Africanas. Há muito que Angola é dos países da África Austral que recebe menos apoio em termos per capita, quer considerando os apoios multilaterais através das Organizações da ONU, quer em termos bilaterais ou através das instituições financeiras Internacionais, como o Banco Mundial ou o FMI. Isto, apesar de as necessidades de ajuda externa face aos indicadores sócio-economicos deixarem antever carencias prementes.

Quando a ajuda externa ainda assim assume aspectos relativamente modestos, tal fica a devêr-se a três aspectos fulcrais. Muitos dos potenciais doadores consideram que o país está de posse de tão enormes recursos económicos, que o Governo, de uma forma bem mais visível, deveria ter promovido medidas sociais de fundo. Além disso, a possibilidade de celebrar acordos e implementar programas num país assolado pela guerra como Angola, tem sido praticamente nula e por último, Angola pertenceu “ao lado errado” durante o período da Guerra Fria, circunstância que limitou em muito as verbas disponíveis, em especial dos países Ocidentais.

A dimensão da ajuda externa e humanitária a Angola aumentou entretanto significativamente nos últimos anos. Para além da alteração do clima político, as situações de miséria chegaram a um nível tal, que o Mundo já não podia continuar indiferente, alterando o perfil da ajuda para situações decorrentes do conflito. Tradicionalmente, Suécia, Holanda, Portugal e França, foram os principais países envolvidos na ajuda bilateral, uma imagem que se alterou um pouco nos últimos anos, com os EUA, Reino Unido e Alemanha a contribuírem com uma significativa ajuda humanitária. Também os doadores tradicionais ajustaram o seu apoio na direcção da ajuda humanitária, e em deterimento das ajudas a longo prazo. As principais organizações multilaterais envolvidas em Angola, são a WFP, com o seu programa alimentar e a UE. Mais de 70 Organizações privadas humanitárias estão em Angola, um país que em 1997 recebeu em ajuda externa (bilateral e multilateral) o equivalente a 435,5 milhões de dólares Americanos (OCDE/DAC 1998).

Ha mais de 100 Organizações Angolanas registadas. A maior parte delas de pequena dimensão, mal organizadas e de poucas posses. Existem entretanto algumas de dimensão maior, mais profissionalizadas e que têm recebido significativo apoio dos países doadores e das quais destacamos a ADRA (Action for Rural Environment and Development (ADRA), a DW (Development Workshop) e a AAD (Angolan Development Action).

A ajuda externa Norueguêsa a Angola foi extremamente limitada até finais dos anos 80. A questão do apoio bilateral foi discutida no Parlamento Norueguês no Verão de 87 e em Julho desse mesmo ano, Angola e Noruega celebraram um acordo bilateral na área da energia. O apoio bilateral cresceu entretanto bastante no início dos anos 90, com as alterações no clima política e uma deterioração das carências populacionais. Um aumento da ajuda externa que teve lugar primeiramente através do envio de apoio financeiro ao abrigo das Organizações

---

<sup>22</sup> Para informação mais detalhada, ver Tvedten, 1996.

Multilaterais envolvidas no terreno, como sejam o Norsk Folkehjelp e Flyktningerådet e do apoio à cooperação comercial, de que sobressaía o apoio ao projecto da Scancems na Cimenteira Estatal Cimangol e o apoio ao envolvimento da Norconsult num projecto de reabilitação urbana de maior dimensão em Benguela/Lobito.

A ajuda externa a Angola voltou a conhecer um aumento significativo em 1994, sobretudo através de apoios no âmbito da ajuda humanitária, estando agora definidos como objectivos principais da ajuda externa Norueguesa a ajuda humanitária, o apoio ao processo de paz, reabilitação de infraestruturas e integração de grupos paramilitares na sociedade civil. A longo prazo, poderá ser desenvolvida uma cooperação tendo por base o reforço das instituições democráticas e o apoio económico em prol de uma melhoria das condições sociais em geral e de grupos minoritários particularmente atingidos pela guerra, em especial (Norad 1998).

A ajuda externa Norueguesa a Angola entre 1993 e 1997 é apresentada na tabela 4.3. Angola era em 1997 o sexto maior receptor do apoio Norueguês em África, depois de Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Etiópia e Uganda.

**Tabela 4.3. Ajuda Externa Norueguesa a Angola (milh.NOK)**

Tipos de Ajuda	1993	1995	1997
Programa Nacional	22,4	22,0	79,5
Ajuda extraordinária	0	1,0	6,3
Org. Privadas	6,2	14,0	10,4
Peritos, consultôres			4,2
Programas empresariais	22,0	39,3	43,1
Ajuda humanitária	29,4	73,3	39,9
Outros		5,0	2,1
Total	63,9	182,2	173,1

Fonte: Norad (1998)

A Human Rights Watch, é a principal Organização a acompanhar sistematicamente a questão dos Direitos Humanos em Angola. A maioria das Organizações bilaterais dispõe de projectos de menor envergadura que apoiam medidas de fomento da democracia. Não tem entretanto existido um clima propício à implementação de acções de sensibilização de maior envergadura junto das autoridades, não dispondo as Organizações humanitárias de uma posição suficientemente forte para poderem exercer eficazmente tal tipo de pressão. Com alguma razão de ser, tem o Governo referido igualmente à existência de um estado de emergência como resultado do clima de guerra existente.

#### **4.5.2 O Apoio das Companhias Petrolíferas**

As companhias petrolíferas agem face à situação política e sócio-económica de Angola de modos diferentes. Quer entre as companhias petrolíferas, quer entre as mineiras, há uma longa tradição de construir infraestruturas nos países em vias de desenvolvimento, que permitam a implantação de pequenas comunidades junto dos meios de produção.<sup>23</sup> Medida necessária

<sup>23</sup> Um fenómeno não desconhecido dos países industrializados ricos. São muitas as comunidades mineiras na Europa e EUA, agora encerradas, que foram erguidas em torno da companhia responsável pela extracção dos minérios e que se mantiveram enquanto os recursos estiveram disponíveis.

quando os jazigos são comercialmente rentáveis, não existindo suficiente massa laboral na zona em condições de potenciar a sua exploração, facto normalmente acompanhado de carências ao nível das infraestruturas e apoio social. Típico será pois a construção de habitações, escolas e clínicas médicas para os empregados e suas famílias, assegurando ainda o fornecimento de água e electricidade e a construção dos necessários eixos de transporte entre as unidades de produção e os centros habitacionais. Tal aconteceu também em Angola, em parte através da construção de “ghetos” de standard Ocidental para os empregados em viagem dos escritórios centrais no estrangeiro, em parte através de centros habitacionais com oferta de serviços inerentes e destinados à massa laboral local. Um centro habitacional de uma gasolinera dispõe normalmente de uma escola e oferta sanitária superior à média da que está disponível para o resto da população, tornando privilegiados os empregados da companhia. Não só têm melhores ordenados usufruindo de um local de trabalho relativamente bom, como os seus filhos têm acesso a uma educação gratis ou barata e uma assistência sanitária sobre a qual a maioria dos Angolanos nem sequer está em condições de sonhar.

As companhias financiam ainda outros projectos típicos de apoio, capazes de serem enquadrados na estratégia da companhia, como sejam acções de formação e apoio a construtores locais, num conjunto de medidas que poderá incluir financiamentos, cedência de apoio logístico ou instituição de bolsas de estudo para jovens locais. A Chevron<sup>24</sup> dispõe de um programa de formação e treino, quer em Angola, quer na Nigéria. Bolsas de estudo financiam aproximadamente 2000 jovens estudantes Nigerianos por ano, quer ao nível Universitário, quer a um nível inferior. Além disso as companhias apoiam a criação de áreas de ensino profissionalizante no sector petrolífero e a Chevron desenvolve igualmente acções de formação no ambito da segurança e do meio-ambiente, apoiando ainda a criação de PMEs, por exemplo na Nigéria, ao nível do sector agrícola e afins, numa aposta que levou mais tarde a companhia a incentivar o aparecimento de fornecedores na área do catering capazes de fornecerem qualidade a preço competitivo.

Finalmente, de salientar o tipo de apoio que nada tem a ver com a actividade petrolífera das companhias e dos quais poderemos salientar apoio a infantários, remoção de minas, apoio económico às escolas ou clínicas locais, promoção de actividades desportivas e culturais. A Chevron possui por exemplo um programa denominado “Partners in the Community”, que tem por objectivo apoiar a comunidade local a identificar, avaliar e desenvolver projectos locais.

A Statoil esteve envolvida em projectos conjuntos com a BP, companhia que utiliza anualmente 11 milhões em actividades desta natureza nos países onde está presente, muitos deles desenvolvidos ou administrados por organizações locais ou internacionais de voluntários, já que é limitada a competência e capacidade das petrolíferas nesta área, na maior parte das vezes sem qualquer reflexão de estratégia quer a curto, quer a longo prazo. De todas as companhias petrolíferas que entrevistámos, apenas a BP tinha desenvolvido uma extensiva avaliação da sua ajuda externa, tendo por objectivo contribuir para o desenvolver de uma estratégia nesta área de intervenção.

---

<sup>24</sup> A grande ref. à Chevron não significa aqui que a companhia seja socialmente mais responsável do que as restantes, mas apenas a confirmação de que detém uma posição especial, depois de ter sido um actor dominante ao longo dos últimos 30 anos.

A ajuda externa prestada pelas petrolíferas levanta três questões fundamentais:

- Quais os parâmetros a partir dos quais podemos dizer contribuir esta ajuda para o desenvolvimento sócio-económico?
- Poderá a mesma contribuir para um nivelamento dos rendimentos, melhoria do meio-ambiente e defesa dos direitos humanos ?
- Detêm as petrolíferas alguma vantagem comparativa no âmbito da ajuda externa?

À primeira pergunta procurou-se responder através de um estudo desenvolvido pelo Banco Mundial (Banco Mundial/1998), o qual chegou, entre outras, às seguintes conclusões:

- A ajuda externa exerce uma influência positiva nos rendimentos e indicadores sociais, no caso de ser concedida a países detentores de uma boa gestão económica;
- Uma melhoria da qualidade nas instituições económicas (financeiras, jurídicas, administrativas), e uma política económica responsável, são a chave para um desenvolvimento positivo;
- A ajuda externa é mais efectiva, enquanto complemento ao investimento privado;
- O apoio financeiro tem pouco significado. Transferências financeiras não potenciam em si mesmas um aumento dos recursos para grupos definidos ou a uma alteração das prioridades no país receptor. Isto porque a ajuda financeira contribui muitas vezes para que o país receptor coloque menos recursos em áreas onde o teria feito, se não existissem doadores;
- A ajuda externa funciona, quando potencia espaço para envolvimento local.

Extremando um pouco, dir-se-ia e a julgar pelas conclusões acima referidas que o apoio financeiro funciona melhor onde não será tão necessário. Países com políticas económicas responsáveis e instituições competentes conseguem normalmente, de uma forma ou outra, mobilizar os necessários recursos, para além de terem acesso ao mercado financeiro. Mas tais conclusões são um dos motivos porque tantos países e organizações humanitárias são renitentes em apoiar países sem controle económico. Uma das razões porque Angola tem recebido relativamente poucos apoios e uma cordo com o FMI implica uma melhor gestão e transparência dos dinheiros públicos, orçamentos e resultados, incluindo os das receitas petrolíferas.

O relatório do Banco Mundial é mais positivo ao apoio técnico e ajudas contendo uma componente significativa de transposição de conhecimentos, deixando a entender que os apoios financeiros não são o grande quebra-cabeças do desenvolvimento sócio-económico, mas antes a falta de soluções administrativas e uma regulamentação não pregnosticável, ambas contribuindo de sobremaneira para que investimentos de custos relativamente elevados no momento, mas de contra-partidas excelentes no futuro, nunca cheguem a ser convenientemente implementados. Investimentos na educação e introdução de novas tecnologias em empresas, são aqui exemplos típicos.

A avaliação da BP aos seus próprios projectos de ajuda externa em Angola (BP/1997) vai muito ao encontro das conclusões do estudo do Banco Mundial, afirmando-se que os efeitos sociais dos projectos de parceria desenvolvidos pela BP/Statoil passam pela vontade das autoridades locais em utilizar parte das receitas petrolíferas de forma positiva e pela política de emprego e de

compras da companhia,<sup>25</sup> ao mesmo tempo que se sublinha a pequena dimensão das aquisições a nível local e o facto de as actividades da BP/Statoil no terreno serem “extremamente reduzidas”.

Com base nos estudos acima referidos, acabámos já quase por responder igualmente à terceira pergunta de há pouco. As companhias petrolíferas detêm muito provavelmente vantagens comparativas em termos de ajuda externa, no que respeita à transposição de conhecimentos e formação no âmbito do cerne da sua actividade. A passagem de tecnologia, conhecimentos e ideias, conforme acima descrito, será a melhor forma de poderem contribuir para o desenvolvimento.<sup>26</sup>

No caso de as companhias optarem por prestar uma ajuda directa através do apoio a medidas de promoção do ensino, sanidade ou de outras visando apoiar a comunidade local, importa que tenham em atenção o seguinte:

- As autoridades locais são as responsáveis pelo sector da educação e do ensino no país, Projectos nestas áreas deverão pois ser desenvolvidos em consonância com as autoridades locais.
- As companhias petrolíferas e outros agentes económicos internacionais do sector deverão contribuir para uma melhor coordenação dos projectos em que se envolvem, de preferência dando a Instituições locais o papel de coordenadores;
- Os projectos deverão ter um carácter tal, que possam ser transpostos para a realidade local por si próprios, após um curto período de tempo.

A situação de extrema carência que actualmente se vive em Angola implica, do nosso ponto de vista, ser importante e necessário que as companhias petrolíferas se envolvam igualmente na promoção da ajuda a medidas de desenvolvimento social sem qualquer conotação com a actividade destes. Projectos esses, de dimensão relativamente reduzida, planeados e implementados em colaboração com organizações privadas, regionais ou internacionais, ao mesmo tempo que se afigura legítimo que dêem a conhecer o seu esforço, o qual, conforme tivemos oportunidade de mencionar anteriormente, deverá concentrar-se em áreas determinadas, embora de livre escolha e por forma a facilitar uma coordenação da estratégia.

Mas se o envolvimento das petrolíferas ao nível da ajuda externa, tem um quê de voluntariado, visto com agrado por parte das autoridades locais nos países de acolhimento, é mais complicado o relacionamento das petrolíferas para com as questões dos direitos humanos. De um modo geral, as autoridades dos países de acolhimento não gostam de um envolvimento neste campo, enquanto que a opinião pública internacional pressiona para uma tomada de posição por parte da companhias. Um tipo de argumentação sublinha que as companhias de modo algum deveriam envolver-se em actividades comerciais em países onde exista um desrespeito sistemático pelos direitos humanos. A argumentação alternativa mais ouvida, usualmente apregoada pelas próprias

---

<sup>25</sup> A avaliação analisou as actividades da BP e da BP/Statoil, uma aliança agora concluída.

<sup>26</sup> O MNE realizou recentemente um estudo alargado sobre o desenvolvimento das instituições através da designada cooperação institucional (“twinning”), quer entre públicas, quer entre instituições privadas. Ver Tvedten, 1998; Forss, 1998



companhias, vai no sentido de que é especialmente importante manter uma presença demonstrativa das regras e normas internacionais junto dos empregados e das autoridades locais.

No que diz respeito à responsabilidade e papel das empresas em face de situações de violação dos direitos humanos, naturalmente que as sociedades comerciais não deverão actuar nem como Governo, nem como as Organizações activistas de defesa dos Direitos do Homem. As empresas internacionais. Assumem entretanto esta questão com grande seriedade, conforme o demonstra a implementação do designado Social Accountability 8000 (SA 8000), um sistema que deverá certificar as empresas com base na postura desta em países onde estas questões são de sobremaneira pertinentes. (CEPAA 1997). Na Noruega, a confederação dos empresários, NHO, criou um código próprio de conduta sobre este tema difícil (NHO 1996, 1997).

Quer na Noruega, quer em termos internacionais, assiste-se hoje a uma tendência por parte das empresas em dedicarem maior atenção ao fomento do respeito pelos Direitos Humanos, assumindo maior relevo os aspectos relacionados com o código de ética das sociedades comerciais, dando ênfase à responsabilidade destas na promoção da defesa dos direitos fundamentais dos trabalhadores, nomeadamente no que respeita à liberdade de organização, condições de trabalho e do meio-ambiente (“core labour rights”). Para além daqui, deverão as empresas seguir as directrizes que estas próprias estabeleceram, promovendo ainda o bom funcionamento das instituições democráticas nos meios em que são chamadas a intervir.

Seja como for, é da responsabilidade das companhias petrolíferas actuarem de forma correcta e de acordo com as Convenções Internacionais, quando optam por se estabelecer em países como Angola e Nigéria, cabendo às autoridades dos países de origem dessas mesmas companhias, decidir se estas deverão ou não investir ou participar nas regiões onde se propõem intervir comercialmente. Em nosso entender, encontra-se Angola numa situação especial. Por um lado não restando dúvidas de que as receitas petrolíferas são utilizadas para financiar a guerra e que a situação dos Direitos Humanos no país é extremamente grave. Por outro, trata-se de um governo eleito democraticamente, em guerra com um movimento guerrilheiro, que em última instância, logrou manter a sua posição à custa dos apoios político e económico dos países Ocidentais.<sup>27</sup> Um desenvolvimento pacífico e positivo em Angola depende principalmente da UNITA e da vontade da Comunidade Internacional em fazer cumprir as sanções impostas, retirando-lhe a possibilidade de continuar a guerra.

---

<sup>27</sup>O desenvolvimento político-económico durante o período de paz entre 1989-1992 e o acompanhamento do Governo do acordo de Lusaka, em 1994, deixaram demonstrado, segundo a maioria dos observadores, que o MPLA estava motivado para efectuar as mudanças tidas por necessárias para potenciar o desenvolvimento e o funcionamento das instituições democráticas.

## 5 O investimento petrolífero Norueguês em Angola

Todas as três petrolíferas Norueguêsas estão envolvidas em Angola, conforma consta da tabela 4.1. A Saga Petroleum participa com uma percentagem de 14% no bloco 1, enquanto a Statoil está presente com uma participação de 13,33% nos blocos 15 e 17. Quer a Saga Petroleum, quer a Statoil têm por enquanto uma actividade em Angola reduzida a licenciamentos onde outros parceiros são operadores. A Saga prepara-se para se retirar do país, enquanto a Statoil parece por enquanto não ter planos de aumentar o seu envolvimento, possuindo hoje (Abril 1999) um empregado em Angola. Statoil participa porém, activamente, na avaliação dos licenciamentos e avaliação económica de projectos, mas tal acontece através da casa mãe, em Stavanger(Noruega).<sup>28</sup>

A empresa Norueguêsas mais envolvida em Angola é a Norsk Hydro, com actividades de prospecção desde 1991 e um escritório em Luanda desde Janeiro 1997. Em Abril de 1999, trabalhavam 65 empregados para a Hydro/Hydro-Sonap, 33 dos quais na Noruega, 12 oriundos da Noruega e estacionados em Angola e 20 no escritório local. A Hydro participa com 10% nos blocos 9 e 17. Além disso, Hydro e Amoco celebraram uma PSA com a Sonangol no bloco 5, em Abril de 1999. Hydro detém 27,5% dessa licença, tendo a Sonangol por operador, contribuindo, tal como a Amoco, com assistência técnica.<sup>29</sup> A Hydro participa activamente nos blocos 9 e 17, recorrendo a recursos técnicos e económicos próprios na análise dos poços. A construção de Girassol, no bloco 17, está estimada em 2 biliões de dólares, o que a ser verdade, implicará investimentos por parte da Statoil e Hydro na ordem dos 267 e 200 milhões de dólares, respectivamente.

O envolvimento da Hydro potencialmente mais importante em Angola, resulta da aliança estratégica a companhia celebrou com a Sonangol e que pressupõe:

- Uma cooperação em prol do desenvolvimento do sector petrolífero Angolano, quer offshore, quer onshore;
- Constituição de uma joint venture, a empresa Sonap, com o estatuto de operadôr;
- Desenvolvimento da Sonap com operador gerido por quadros Angolanos;
- A Norsk Hydro assume a responsabilidade por um alargado programa de cursos de instrução;
- A aliança procurará conseguir a responsabilidade de operadôr do bloco 34, situado em águas ultra-profundas.

A Norsk Hydro propõem-se investir fortemente em Angola, não só devido ás potencialidades dos recursos naturais existentes no país, mas também porque as características das suas reservas petrolíferas adaptam-se à tecnologia de ponta que a Hydro domina e se propõe desenvolver. A Sonangol por seu turno, vê a Norsk Hydro como parceiro interessante, detentora de uma filosofia que vai ao encontro dos objectivos da Sonangol e estando em condições de desenvolver a tecnologia necessária. O facto de a Hydro ser uma companhia relativamente pequena, permitindo como tal uma parceria mais equilibrada, não deixa certamente de ser, também, um aspecto importante.

---

<sup>28</sup> O envolvimento da Statoil em Angola entroncava numa aliança estratégica, agora concluída, com a BP.

<sup>29</sup> Um acordo que relembra o da Saga Petroleum com a Esso em Snørre (Noruega).

Para além das companhias petrolíferas, estão igualmente presentes em Angola, alguns dos fornecedores Noruegueses mais importantes no mercado. É o caso da Kongsberg Offshore, ABB, Petroleum Geo Services e Fred Olsen Production. Outros virão certamente, no decorrer da construção do Girassol. Por último, existem diversas empresas fornecedoras do sector petrolífero Angolano.

O investimento Norueguês é apenas uma pequena parte do investimento total estrangeiro em Angola, conforme decorre aliás da tabela 4.1, embora a percentagem de participação em novos jazigos a explorar seja significativa, sobretudo tendo em consideração a relativa dimensão das emprêsas Norueguesas. Nenhuma delas detém por enquanto a responsabilidade de operadôr. A sua capacidade de influenciar o desenvolvimento industrial e consolidação de conhecimentos, está pois dependente da forma como conseguirem fazer valer os seus pontos de vista nas licenças em que participam, caso estas sejam diferentes das do operadôr. Este detém a última palavra no assunto e embora seja certo que as decisões são tomadas, tendo em consideração a tecnologia e know-how dos parceiros licenciados, é afinal o operador quem determina a maioria. Além disso, dispõe a Sonangol da possibilidade de veto. No caso de as emprêsas Norueguesas terem preferências e objectivos diferentes dos das companhias internacionais, importa pois que detenham o estatuto de operador, caso pretendam fazer triunfar os seus conceitos, ou em alternativa, que disponham de parcerias estratégicas com a Sonangol, no caso de possuírem pontos de vista e estratégias semelhantes ao da companhia Angolana.

No capítulo 2, analisámos o impacto dos investimentos petrolíferos nos países de acolhimento em geral, e cujas conclusões, aqui poderemos resumir conforme:

- Contribuem para uma exploração efectiva e ambiental dos recursos Angolanos;
- Originam grandes fluxos de capitais para o Estado Angolano;
- Contribuem para uma consolidação dos conhecimentos na indústria petrolífera;
- A presença das companhias estrangeiras pode contribuir para uma maior atenção às questões dos Direitos Humanos;
- O investimento petrolífero não contribuí para um nivelamento dos dividendos;
- Tendo em consideração o chamado estado das coisas, também não contribui este para repercursões de maior na economia Angolana.

A questão que se levanta no mandato deste estudo, é a de saber se os investimentos petrolíferos Noruegueses poderão contribuir para o desenvolvimento sócio-político de Angola. Uma resposta, implica ter de avaliar se as emprêsas Norueguesas dispõem de vantagens comparativas no que diz respeito aos primeiros quatro pontos acima enunciados, bem como aferir se e em termos de impacto local, dispõem de melhores pressupostos do que as restantes petrolíferas para operar em Angola.

No que respeita à efectividade ou rentabilidade, bem como ao impacto ambiental na exploração dos recursos, podem os Noruegueses contribuir através da sua tecnologia e da transposição de conhecimentos e competências para a Sonangol. Até que ponto dispõem as emprêsas Norueguesas de vantagens comparativas nestas áreas, relativamente a outras petrolíferas internacionais, exigiria uma análise mais alargada do que aquela que foi possível desenvolver durante este estudo.

Temos vindo a assistir nos últimos anos a uma crescente preocupação das petrolíferas para com as questões ambientais, procurando afirmar-se como bons cidadãos nos países de acolhimento, publicando por exemplo e conjuntamente com o Relatório e Contas, uma análise ambiental, abordando aspectos relacionados com a saúde, ambiente e segurança no trabalho.

No que diz respeito ao desenvolvimento industrial, entendemos que mais do que a vontade das petrolíferas em potenciar o desenvolvimento sócio-económico, é na difícil situação interna de Angola, que reside o cerne do problema. As empresas Norueguesas têm entretanto sido impulsionadoras nos projectos em que têm sido chamadas a intervir, mercê das licenças que dispõem, de soluções que potenciem a integração de firmas locais com perfil concorrencial.

Um suficiente nivelar de rendimentos, só poderá ser conseguido, e conforme tivémos oportunidade de precisar antes, se as autoridades investirem as receitas petrolíferas no ensino, infraestruturas e outros objectivos sociais, bem como implementem uma política que dê oportunidades iguais de trabalho remunerado junto da população e potencie a iniciativa privada. Acreditamos ser muito pouco o que as petrolíferas, Norueguesas ou não, poderão fazer aqui no sentido de influenciar o presente, sendo igualmente circunscrito o campo de acção das autoridades Angolanas, enquanto persistir o estado de guerra.

### **5.1 Um papel destinado às autoridades Norueguesas?**

A Noruega é uma pequena Nação exportadora de petróleo em vias de se afirmar como tendo conseguido criar conjuntamente com as multinacionais, uma indústria petrolífera local. Conforme sublinhado no capítulo 2.3, Noruega e Austrália constituem-se nos únicos países do Mundo que lograram edificar uma economia moderna de elevado padrão social e relativo nivelamento de rendimentos. A experiência Norueguesa pode neste aspecto, ser de interesse para Angola.

As medidas que implementámos por forma a criar uma indústria petrolífera nacional, basearam-se na criação de uma petrolífera Nacional da responsabilidade do Estado, procurando ainda proteger de diversas maneiras, a indústria Norueguesa<sup>30</sup> Através de uma política deliberada e consciente de cooperação com as multinacionais líderes no mercado lográmos em grande parte atingir os objectivos a que nos propusémos nos anos 70. Tal deve-se, em grande parte, ao facto de possuímos então uma indústria base de sustentação, capaz de se adaptar aos desafios da indústria offshore, e uma massa laboral de quadros técnicos relativamente bem qualificados.

Os objectivos de Angola e as medidas que esta se propõe implementar, são em muito semelhantes aos da Noruega nos anos 70 e 80. A Noruega possui pois, muito provavelmente e quando comparada com outros países doadores, de uma vantagem no que respeita à transposição de conhecimentos e apoio técnico na edificação de um enquadramento legal para o sector e de uma administração pública em condições de aplicar a lei. Além disso dispõe a Noruega de uma grande experiência na gestão macro-económica de uma economia dominada pelo sector petrolífero, podendo aqui contribuir, em termos bilaterais ou em cooperação com o FMI e Banco Mundial. Mas um acordo entre estes últimos e Angola, e as condições gerais que

---

<sup>30</sup> Com a implementação do EEE, já não é permitido conceder um tratamento preferencial à indústria local.

tal implicará, afigura-se como uma premissa para uma transposição efectiva da política económica.

As autoridades Norueguesas envolveram-se já em Angola através da DG. Petróleo (Oljedirektoratet/OD) e da Agência para a Cooperação e o Desenvolvimento (NORAD), tendo apoiado, entre outras, uma cooperação no âmbito do SADC ao nível dos sectores petrolífero, hídrico e energético, onde Angola possui a responsabilidade principal. Uma cooperação a longo prazo, financiada pela NORAD, tem sido igualmente discutida entre o Ministério do Petróleo Angolano e a OD, embora aqui esta entenda ser de esperar pela implementação da nova Lei do Petróleo em Angola, antes de concluído o acordo, e porque se pretende uma definição e distinção de desempenhos entre a tutela e a Sonangol, antes de implementado qualquer projecto.

## 6 Resumo e Conclusões

A indústria petrolífera é uma das mais globalizantes em termos Mundiais, o que representa forte concorrência e uma tecnologia quase semelhante por todo o lado, uma vez tida em consideração a consistência dos jazigos. No que respeita à extracção em offshore, estamos perante uma indústria tecnológica de capital intensivo, algo complicada quando a utilizar em águas tão profundas. Angola tem potencialidades para se tornar num dos produtores Mundiais de crescimento mais acelerado, com novos furos a darem indicação da existência de grandes reservas a merecerem a atenção e grande concorrência dos principais produtores mundiais, líderes de mercado. Os mais recentes e prometedores blocos, estão situados numa zona ultra-profunda, obrigando à utilização de avançada tecnologia para que sejam rentáveis. Angola é entretanto considerada um dos países mais pobres do Mundo, com um desenvolvimento social bastante atrasado. Estando há 30 anos em guerra e sem uma indústria de base ou infraestruturas capazes, as instituições económicas estão à beira da ruptura.

Ao longo deste estudo, abordámos a forma como as características principais de um sector petrolífero e a conjuntura Angolana funcionam em conjunto, no que respeita aos pressupostos para um desenvolvimento industrial, melhor distribuição de rendimentos, defesa dos direitos humanos e do ambiente. Concluimos que para todas estas áreas, são as autoridades Angolanas quem detém a chave para a solução do problema. Caso não consigam terminar com a guerra e investir na reconstrução dos sectores do ensino e da saúde, é muito pouco provável que os investimentos petrolíferos para o desenvolvimento industrial e um nivelamento dos rendimentos. Muito pelo contrário, as receitas petrolíferas poderão em parte, ser canalizadas quer para o esforço de guerra, quer em prol de uma elite de grupos privilegiados.

Um processo de paz em Angola obrigará a um envolvimento internacional e pressão sobre a UNITA. O país terá ainda necessidade de uma forte ajuda humanitária de apoio à reconstrução nacional. Este poderá ser canalizado através das Organizações multilaterais e alguns países doadores, entre os quais os Escandinavos desempenham já um papel relativamente significativo. Ao longo do estudo, chamámos à atenção para o facto de a experiência Norueguesa enquanto Nação petrolífera, poder ter um valor importante para Angola, no caso de o país desejar apoio técnico, por exemplo ao nível de consolidação da capacidade e dos conhecimentos das autoridades locais, uma área onde a Noruega poderá deter vantagens comparativas relativamente a outros países doadores. Argumentámos entretanto pela canalização da ajuda externa independentemente do nível de investimento das petrolíferas Norueguesas, devendo existir uma distinção clara de responsabilidades ou cometimentos entre as autoridades e as empresas Norueguesas. Uma circunstância a que importa aspirar, independentemente de existir ou não uma clara distinção de responsabilidades entre a tutela Angolana e a Sonangol.

A potencial contribuição mais importante para o desenvolvimento de Angola, por parte das petrolíferas internacionais, reside ao nível da capacidade de transposição de conhecimentos para a indústria petrolífera local, a qual pode ter lugar, quer através de alianças, joint-ventures ou outros tipos de parceria com as empresas petrolíferas locais e seus fornecedores, quer implementando projectos de cooperação na construção e exploração dos poços petrolíferos. Além disso, o apoio ao nível do ensino técnico no sector, afigura-se uma área onde as petrolíferas podem e têm contribuído de forma positiva, tendo lugar quer através de cursos para

os empregados no local de trabalho, quer através de propostas de ensino nos estabelecimentos locais, bem como programas de bolsas de estudo em Universidades Europeias e Americanas.

As petrolíferas podem igualmente contribuir para o desenvolvimento industrial através da sua política de compras, embora aqui seja importante congeminá-la de forma a evitar o aparecimento de uma classe de "rent-seekers" que olham as companhias como uma "mama", e sendo incapazes de fornecer com qualidade e a preço concorrencial.

Em consequência da guerra, de uma cada vez acentuada corrupção e do desgoverno, Angola é hoje um país onde grande parte da população não vê garantidos os seus direitos fundamentais básicos, um problema político para cuja solução, ao mais alto nível, não possuem as companhias petrolíferas nem competência, nem vocação para resolver. Poderão no entanto, e devem, actuar de acordo com as normas internacionais prescritas no âmbito do meio-ambiente, incluindo as condições de trabalho, assumindo ainda uma postura correcta face à questão da corrupção.

O investimento petrolífero Norueguês em Angola é relativamente pequeno, comparativamente à totalidade dos investimentos realizados no sector, participando as emprêas norueguêsas em licenças onde os parceiros detêm o estatuto de operadôr. A Norsk Hydro estabeleceu entretanto uma aliança estratégica com a Sonangol, através da qual as duas companhias incorporaram uma joint-venture, a Sonap, a qual se propõe conseguir ser operador num novo bloco em águas ultra-profundas. Um elemento importante nesta aliança reside na transposição de conhecimentos para a Sonangol, através de um programa de ensino tendo por objectivo uma profissionalização dos quadros locais que permita a gestão do bloco. Uma aposta que poderá contribuir para o desenvolvimento de uma indústria petrolífera local, mas que não deixará de ter de implicar preserverança e uma postura duradoura, caso aspire a ser bem sucedida.

## Literatura

Aguilar, R., 1998, "Angola, More Oil and Financial Problems," Department of Economics, Gothenburg University, Country Economic Report 1998:5.

Barro, R.J, 1996, "Democracy and growth," *Journal of Economic Growth*, vol. 1, no. 1, s 1-27.

Bearman, J., 1999, "Oil and gas reserves," Energy Intelligence Group Paper presentert på IBCs konferanse om olje og gass i Angola , London , mars 1999.

British Petroleum, 1997, "BP Social Report 1997"

Collignon, F, 1997, "Oil in Angola," IAEE (International Association for Energy Economics), Summer 1997 Newsletter.

Economist Intelligence Unit, "Country Report, Angola," forskjellige utgaver.

Economist Intelligence Unit, "Country Profile, Angola," forskjellige utgaver.

Forss, Kim et al., 1998. Development through Institutions? Institutional Development Promoted by Norwegian Private Companies and Consulting Firms". UD Evaluation 3:98. Oslo: Ministry of Foreign Affairs.

Human Rights Watch, 1999, "The price of oil. Corporate responsibility and human rights violations in Nigeria's oil producing communities," New York: Human Rights Watch.

IMF, 1995. "Angola – Recent Economic Developments" Washington D.C.: International Monetary Fund.

IMF, 1998, "International Financial Statistics, Yearbook 1998," Washington D.C.: IMF.

Mbendi, 1998, "Oil Industry Profile – Upstream, Angola. Publisert på internett (mbendi.co.za).

Minister of Energy and Industry, 1999, "Achievements and prospects for the Angolan energy sector," Tale på IBCs konferanse om olje og gass i Angola , London, mars 1999.

NHO, 1996, "Menneskerettigheter og internasjonalisering," Næringsliv og etikk 7.

NHO, 1997, "Bedriftenes forhold til menneskerettighetene. Sjekkliste for bedrifter som satser internasjonalt."

NORAD, 1998. Årsrapport 1997. Oslo: Direktoratet for Utviklingshjelp.

Nordås, H.K. og O. Kvaløy, 1999, "Petroleumsrelaterte tjenester,"

NORSOK, 1995, "Kostnadsanalyse og måltall"

NOU 1999:11, "Analyse av investeringsutviklingen på norsk sokkel."

Sachs, J.D., and A.M Warner, 1995, "Natural Resource Abundance and Economic Growth," NBER Working Paper No. 5398.

Sonangol, 1999, "Angola, Oil and Gas Development: Vision for the Future," Paper presentert på IBCs konferanse om olje og gass i Angola , London, mars 1999.

Tvedten, I., 1996, "Angola og norsk bistand," CMI Rapport R1966:2.

Tvedten, I., 1997, "Angola, struggle for peace and reconstruction," Oxford: Westview Press.

Tvedten et al, 1998. "Twinning for Development. Institutional Cooperation between Public Institutions in Norway and the South" UD Evaluation Report 1:98. Oslo: Ministry of Foreign Affairs.

UNDP, 1998, *Human Development Report 1998*, New York: UNDP.

World Bank, 1997, "World Development Indicators 1997," Washington D.C., World Bank.

World Bank, 1998, *Assessing Aid A World Bank Policy Research Report*, Washington D.C.: The World Bank.

[www.angola.org](http://www.angola.org)

## Entrevistas

Nome	Empresa	Posição (cargo)
Tor B. Lund	SONAP	Dir. Geral
Jon Jørgensen	Hydro, Exploration and Production International	Dir. MTT Programme
Harald Ekker	Embaixada Norueguesa em Luanda	2. Secretário
Torstein D. Sjøtveit	Hydro, Exploration and Production International	Pres. West Africa Oil and Gas
Steinar Westre	Statoil, Angola	Dir. Geral
Wilhelm W. Wold	Saga Petroleum, Angola	Dir. Geral
Tako Koning	Texaco Panama Inc, Angola	Dir. Projectos/Portfolio
Helena De Fatima Rocha	Texaco Panama Inc, Angola	Ass. Administrativo
Daniel Sango	Elf Exploration Angola	Dir. Operações
Fernando Carreira	Esso Exploration Angola	Dir. Serviços
B. A. Best	Cabinda Gulf Oil Company Limited (Chevron)	Dir. Serviços e Desenv.
Bob Elder	Cabinda Gulf Oil Company Limited (Chevron)	Dir. p/ Desenvolvimento



Stephen C. Docherty	Esso Exploration Angola	Dir. Geral
Gulbrand Wangen	INTSOK	Dir. Projectos
Jon Bakken	Statoil	Vice-Presidente p/ Angola
Jacques Passot	Kongsberg Offshore	Dir. Vendas/ subseas systems
Øystein Kristiansen	OD( Noruega)	Dir. Projectos/ Intern.
Joseph Lorenz	Chevron	
Sola Omole	Chevron	
Gustav Saastad	Norsk Hydro Exploration and Production International	Tesoureiro e Pres. Grupo Negoc.
Torvald Melligen	NUTEC	

# Sumário

O presente relatório aborda a forma de como os investimentos petrolíferos Noruegueses, melhor poderão contribuir para o desenvolvimento industrial e distribuição uniforme dos dividendos nos países de acolhimento, analisando ainda a forma de como tais investimentos se poderão tornar num factor de promoção do desenvolvimento social, da melhoria das condições de trabalho, de ambiente, saúde e de defesa dos Direitos Humanos.

Indústria de capital intensivo, o sector petrolífero em offshore é tecnologicamente avançado e exigente, tornando-se num enclave em países onde não exista uma indústria de base e massa laboral qualificada. As receitas petrolíferas constituem-se numa percentagem muito grande das receitas públicas e de exportação, num sector que paralelamente, potencia muitos poucos postos de trabalho a nível local, o que normalmente origina a concentração de enormes receitas “nas mãos” de alguns poucos. O sector petrolífero tem pois tendência para potenciar um grande volume de receitas na fase de arranque, mas pouco desenvolvimento, circunstância que pode ser contrariada, quer através de uma gestão eficaz da macro-economia por forma a implementar medidas que evitem o sobreaquecimento desta e dêem espaço ao sector privado no resto do país, quer através de uma política consciente visando o nívelamento dos rendimentos da população. Ambições difíceis de concretizar, sendo poucos os países exportadores de petróleo em vias de desenvolvimento que alcançaram tal objectivo, por sinal praticamente impossível de realizar em Angola ante as actuais circunstâncias de guerra cívica e ausência de instituições capazes de um funcionamento adequado para o efeito.

O relatório sublinha ainda a possibilidade de as companhias petrolíferas poderem contribuir com a transposição de conhecimentos e competências junto dos técnicos e da companhia Estatal, assegurando além disso que a exploração dos recursos seja efectuada de uma forma efectiva, respeitando o meio-ambiente. O desenvolvimento sócio-económico do país é entretanto, da inteira e única responsabilidade das autoridades locais. As autoridades Norueguesas poderão eventualmente contribuir com apoio técnico e económico, mas sublinha-se a imperativa necessidade de uma definição de papeis e desempenhos entre a tutela e as companhias petrolíferas.

ISSN 0805-505X

ISBN 82 90584-66-0

## Recent Reports

- R 1999: 5      TVEDTEN, Inge and Selma Nangulah  
Social relations of poverty: A case-study from Owambo,  
Namibia, Bergen, 1999, 59 pp. (Price NOK 50 + postage)
- R 1999: 6      OFSTAD, Arve (ed.)  
Bergen Seminar on Development 1999. Making South-North  
organisational cooperation an effective instrument for  
institution building. Bergen, 1999, 80 pp. (Price NOK 90 +  
postage)
- R 1999: 7      HODGE, James and Hildegunn Kyvik Nordås  
Liberalization of trade in product services - the impact on  
developing countries. Bergen, 1999, 26 pp. (Price NOK 50 +  
postage)
- R 1999: 8      GAIRDNER, David  
The role of truth commissions in political transition in Chile  
and El Salvador. Bergen, 1999, 72 pp. (Price NOK 90 +  
postage)
- R 2000: 1      SØREIDE, Tina  
Korrupperer korrupsjon? En dynamisk analyse av  
korrupsjonsnivå. Bergen, 2000, 85 pp (Price NOK 90 +  
postage)
- R 2000: 2      TVEDTEN, Inge with Hildegunn Kyvkk Nordås  
Angola 1999/2000: Key development issues and national  
research capacity. Bergen, 2000, 44 pp. (Price NOK 50 +  
postage)
- R 2000: 3      Whitehead, Richard L.  
The institutionalisation of the Tanzanian opposition parties:  
How stable are they?. Bergen, 2000, 24 pp. (Price NOK 50 +  
postage)